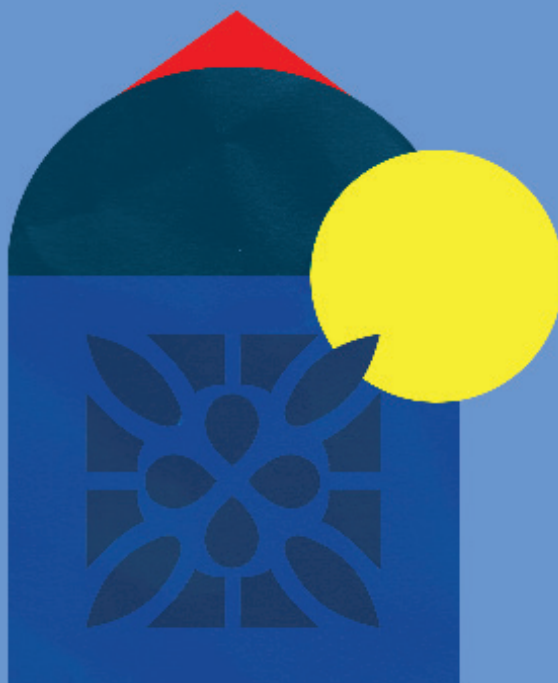




SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI

DA ESCOLA À PRISÃO: A ATUAÇÃO PROFESSORAL E POLÍTICA DE MARIA CELESTE VIDAL

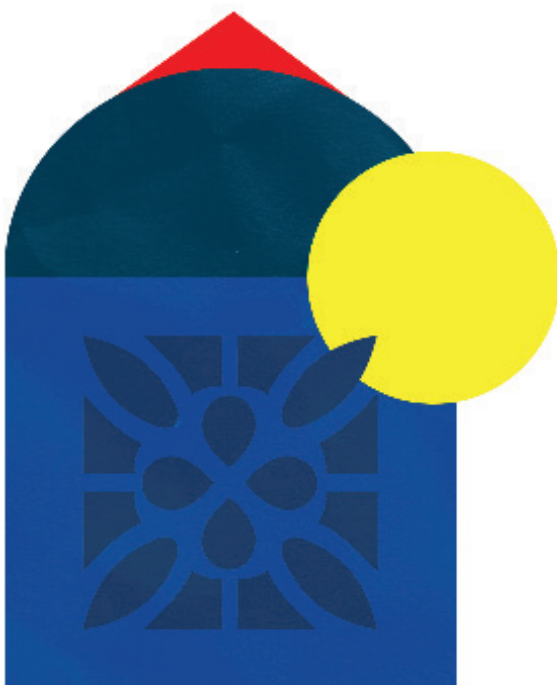
AUTORA:

RAQUEL BARRETO NASCIMENTO





DA ESCOLA À PRISÃO: A ATUAÇÃO PROFESSORAL E POLÍTICA DE MARIA CELESTE VIDAL



SÉRIE: COLEÇÃO GEPIFHRI

DA ESCOLA À PRISÃO: A ATUAÇÃO
PROFESSORAL E POLÍTICA DE
MARIA CELESTE VIDAL

AUTORA:

RAQUEL BARRETO NASCIMENTO

SÉRIE: COLEÇÕES GEPIFHRI

Coordenação:

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto - UFPE

Maria da Conceição Silva Lima – UFPE

Comissão editorial:

André Gustavo Ferreira da Silva , Arnaldo Martins Szlachta Júnior, Catarina Carneiro Gonçalves, Paulo Julião da Silva, Maria da Conceição Silva Lima, Raphael Guazzelli Valerio, Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, Viviane de Bona.

Revisão: Ellen Amanda Silva de Lima

Capa: Rodrigo Victor

Projeto gráfico: Rodrigo Victor

Diagramação: Hytallo Willian e Raquel Barreto Nascimento

Catálogo na fonte:

Bibliotecária Kalina Ligia França da Silva, CRB4-1408

N244d Nascimento, Raquel Barreto.

Da escola à prisão [recurso eletrônico] : a atuação professoral
e política de Maria Celeste Vidal / Raquel Barreto Nascimento. – Recife : Ed. UFPE, 2021.
(Coleção GEPIFHRI)

Inclui referências.

ISBN 978-65-5962-069-2 (online)

1. Vidal, Maria Celeste. 2. Educadoras – Brasil – Biografia. 3. Professoras – Pernambuco – História.
4. Mulheres – Educação – Brasil. 5. Mulheres ativistas pelos direitos humanos – Brasil. 6. Prisioneiros políticos – Brasil – História. I. Título. II. Título da coleção.

923.7

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2021-080)

Apresentação da “Coleção GEPIFHRI”

O Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades - GEPIFHRI tem o prazer de lançar, junto com a Editora da Universidade Federal de Pernambuco, a “Coleção GEPIFHRI”. A ideia da parceria entre o GEPIFHRI e a Edufpe, longe de ser um projeto que vise qualquer tipo de lucro ou ganhos monetários, tem o nobre objetivo acadêmico de publicar os trabalhos dos alunos da graduação e pós-graduação que tiveram destaque em seus trabalhos, frutos das disciplinas que cursaram. Não é raro professores/as se depararem com trabalhos autorais, muito bons e que merecem ser divulgados. A ideia que nos motiva é, justamente, a de que muitas vezes os alunos cumprem muito bem aquilo que foi solicitado em sala de aula e que, por falta de incentivo, informação ou mesmo de espaço apropriado, não procede com a publicação.

Com foco nos pesquisadores em formação é que nasce a Coleção GEPIFHRI. O que nós, membros do grupo, pretendemos é criar um espaço qualificado, seguindo as orientações e normas editoriais e acadêmicas para que nossos alunos e alunas possam escoar suas produções e que se sintam, com ele, também estimulados a fazer parte do projeto que não tem outro desígnio a não ser fazer valer a pena a pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Por certo é um projeto modesto, mas com muitas expectativas de constar como uma ação frutífera e com ganho de causa para a UFPE que privilegia desde cedo a pesquisa e a sua divulgação.

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto
Maria da Conceição Silva Lima

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	14
2. REFORMAS EDUCACIONAIS NO SÉCULO XX: ENTRE AS CADEIRAS ISOLADAS E OS GRUPOS ESCOLARES	26
2.1 A FORMAÇÃO ESCOLAR DA PROFESSORA MILITANTE	35
3. PROFESSORA EXEMPLAR VS. SUBVERSIVA VERMELHA	45
4. “SÓ QUERO MEU POVO SEM CATIVEIRO”: A ATUAÇÃO DE MARIA CELESTE EM PROL DAS MINORIAS E SUA PRISÃO	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80

APRESENTAÇÃO

A Coleção GEPIFHRI tem a satisfação de publicar este livro de Raquel Barreto Nascimento. O trabalho desta itamaracense foi dedicado a paraibana radicada em Pernambuco Maria Celeste Vidal que, embora não ignorada, continua pouco conhecida dos e das Pernambucanas e brasileiras em geral, mesmo sendo considerada a primeira presa política em Pernambuco na década de 1960. Maria Celeste foi professora primária e, como poderão constatar neste livro que agora vem a lume, se constituiu, por suas ações, personagem importante no enfrentamento do golpe de Estado encetado em 1964 que depôs da presidência João Goulart e do governo de Pernambuco Miguel Arraes. Com uma riqueza tipológica de fontes a pesquisadora Raquel Barreto expõe uma página da história das mulheres no Brasil ao destacar a formação e trabalho desta mulher que enfrentou uma série de constrangimentos, agressões e usurpação de direitos desde o dia 01 de abril de 1964 até o dia de sua morte em 1998.

Dentre suas ações estão a docência, o trabalho nas ligas camponesas em Vitória de Santo Antão, a liderança de grupo com o intuito de soltar o governador preso Miguel Arraes e os poemas inspirados e dedicados a sua vida e à situação política que vivenciou. Situação esta que lhe levou a prisão por traição a pátria, uma vez que fora acusada de comunismo. Como poderão ver na análise do inquérito policial, Maria Celeste não sofreu apenas agressões físicas e verbais, mas uma série de violências que recaíram na sua exoneração do cargo de professora primária pública, na separação de seus filhos e de sua família em função da prisão, dentre outras consequências que envolvem os estigmas de uma mulher presa e acusada de comunismo na década de 1960.

Tais experiências a forjaram uma mulher sensível, apaixonada, poeta. É dela o poema a seguir que mais do que expressar-se enquanto ser atuante e livre, revela-se conhecedora de suas potências femininas e de como ser mulher não pressupõe homogeneidade:

ABELHA OPERÁRIA. Às mulheres que se organizam.
Sim, eu sou uma mulher liberada, e daí? Se me pergun-

tas, no entanto, és livre? Eu te respondo, nem tanto. Ouço esse grito perto e distante, esse soluçar constante a ecoar no mundo. Vejo tanto olhar perdido, corpos sofridos a estender as mãos. A liberdade não é no singular, é a soma de tudo, de todos. É plural, a começar assim: por mim, por ti, por nós. Liberada eu sou, mas não foi fácil, nem vai ser facilmente conquistada a libertação da mulher. Eu consegui, mas não sou nada especial, nem coisa rara, nem iluminada, só sou muito diferenciada de você, mulher passiva, acomodada, conscientemente, ou não, explorada, esperando, ou não, acontecer (1994).

Por isso, de minha parte a felicidade é dupla. A primeira por ajudar a desvelar, na condição de pesquisadora parceira, a história formativa desta mulher que se revelou extraordinária, na acepção Hobsbawniana. A segunda porque vejo na pesquisadora Raquel, a quem orientei neste trabalho que se torna livro, uma historiadora nata, de quem a historiografia brasileira pode esperar belas pesquisas e a quem a história das mulheres pode esperar por novos e emblemáticos exemplos.

Raylane Andreza Dias Navarro Barreto, esperando o fim de 2021 e ansiosa por dias melhores em 2022.

Em 2015, durante um evento comemorativo dos 60 anos das Ligas Camponesas, no Engenho Galileia, Vitória de Santo Antão-PE, ouvi, pela primeira vez, a respeito da professora Maria Celeste Vidal. Dos relatos memorialísticos acerca da organização de trabalhadores rurais que desencadearam no maior movimento social camponês do Brasil, só conheci ações e atuações empreendidas por homens: Francisco Julião, Zezé da Galileia, Biu de Souza, dentre outros. Por isso, naquele evento, a imagem de um rosto feminino, emoldurada e exposta na parede da biblioteca José Ayres dos Prazeres, nas terras do engenho, despertou-me a curiosidade. Quem seria a mulher dona de sorriso contido, cabelos médios-escuro e de olhar firme? Seu Zito, organizador da biblioteca, respondeu-me sobre ser a professora Maria Celeste Vidal.

Julguei, naquele momento, que aquela mulher, apenas por ser professora, no meio rural, conquistara o prestígio de ter sua imagem estampada naquele espaço. Tal deferência foi advinda da importância do magistério, quando imperavam, na população, altos índices de analfabetismo. Em contrapartida, políticas públicas educacionais insuficientes e ineficientes esbarravam no acesso à educação, especialmente, para o povo do campo. Desse modo, estabelecendo maiores dificuldades no fazer docente em grupos escolares e nas salas multisseriadas. Neste sentido, Maria Celeste Vidal já teria seu lugar na História da Educação, pois vivenciou e cooperou com processos históricos da educação nacional. Para o público privado de escolarização, acessar as primeiras letras representava enxergar frestas de luz num mundo obscurecido pelas desigualdades e pelas hierarquizações de saber, mas, na minha percepção, aquela informação não despertou atenção, pois o exercício professoral de ensinar crianças e filhos de camponeses se configurava como práticas extremamente comuns que não desvelavam grandes peculiaridades acerca de Maria Celeste.

Mas foi, justamente, graças ao livro da historiadora Raquel Barreto, fruto de sólida e plausível pesquisa, ainda durante seu período de graduação, que tive a satisfação de me reencontrar com a história de vida de Maria Celeste Vidal. A autora da obra supracitada, além de

apresentar detalhes biográficos, concentrados, principalmente, no caráter formativo e autoformativo da professora, inseriu debates tocantes à formação feminina da época, às mobilizações sociais e às reformas educacionais.

Ainda que a narrativa se centralize na história de vida de um sujeito histórico, ela não se restringe a apresentar apenas elementos biográficos. Por isso, contextualiza-os num dado momento histórico e social do país, desvelando, inclusive, o contexto no qual Maria Celeste Vidal recebeu formação voltada a ser esposa dedicada, mãe cuidadosa e professora exemplar, mas ela também decidiu assumir outro papel social: a militância política em favor de trabalhadores rurais. Assim, aguerrida em seus ideais, Celeste Vidal revela o poder feminino que não se subjugou passivamente ao patriarcalismo, ao conservadorismo e ao modelo feminil vigente em sua época. Mesmo tendo que enfrentar inúmeras dificuldades, não abandonou o engajamento combativo às injustiças impostas pelos proprietários de terras aos camponeses. Ao invés disso, utilizou-se da sensibilidade feminina, por meio da literatura, para se expressar e convidar outras mulheres à luta.

Desse modo, o gosto amargo do corte da cana acentuado nas condições de vida sofridas pelos oprimidos impulsionou as atuações da professora à militância política. E, ao desnudar os aspectos relevantes desta história de vida, Raquel Barreto amparou-se no rigor dos procedimentos metodológicos da narrativa historiográfica e apresentou outro prisma sobre a biografia da professora, mãe, esposa e militante política. Contribuindo, dessa forma, com a história da educação e com a das mulheres ao traçar diálogo não só com a formação educacional e professoral, mas também com a autoformação que a conduziu ao envolvimento com a causa campesina. Logo, imprimiu um nome, uma história, um reconhecimento àquela que apenas figurava uma imagem emoldurada em uma parede.

Por conseguinte, a apresentação da história de vida de Maria Celeste Vidal, proposta pela historiadora, atravessa três momentos. Inicialmente, com a exposição do cenário educativo, por meio das reformas educacionais do século XX, confere respaldo para apresentar a inserção de Maria Celeste Vidal no processo de escolarização, bem como as relações familiares. O processo histórico de formação, de escolarização das mulheres, das reformas educacionais e das distinções entre homens

e mulheres nos processos educativos são alvos de acurada análise. Em seguida, revela o percurso de formação docente vinculado às análises do currículo, bem como os modos e objetivos das práticas educativas institucionalizadas.

Num segundo momento, discorre-se sobre a iniciação de Maria Celeste Vidal na docência e no envolvimento com movimentos sociais do campo que a conduziu à participação na liderança das Ligas Camponesas. Além disso, motivada pela sua aproximação com a causa social de trabalhadores rurais, ela foi eleita vereadora suplente no município de Vitória de Santo Antão. Dessarte, impulsionando, ainda na década de 1960, a presença feminina no cenário político.

Por fim, na história da autora, demonstra-se o comprometimento dela, enquanto professora primária, com a causa dos trabalhadores rurais, mencionando no título do capítulo seu mais profundo anseio: “só quero meu povo sem cativo”. A professora e militante política almejava pela liberdade do trabalhador rural perante as opressões dos senhores de engenho, pela liberdade das mulheres diante das amarras do patriarcado e, posteriormente, pela sua própria liberdade ao ter seu corpo encarcerado e subjugado por torturas. No que se trata sobre o anelo pela liberdade, Maria Celeste, no poema Abelha operária (1994), assim expressou: “A liberdade não é no singular, é soma de tudo, de todos, é plural, a começar assim: por mim, por ti, por nós”. É sob este desejo que, após a prisão, sua vida é retomada pelo reencontro com a literatura, pois a poesia lhe serviu como refúgio para expressar suas memórias e indignações.

Por fim, a leitura proposta é convidativa a conhecermos o lugar social que esta mulher forjou e formou sua resistência, ressaltando a relevância de inserir, na História das Mulheres, Maria Celeste Vidal, mulher formada para ser professora, mas que, por intermédio da experiência vivenciada com outros sujeitos, constrói distinta relação com o coletivo ao ponto de intervir no social, tornando-se, então, militante política.

Alessandra Maria dos Santos

1. INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma inconstante tradição democrática. Desde o surgimento da colônia até a atualidade, sua trajetória é marcada por relações de sujeição, dominação, barganhas, repressão, lutas e também resistências. Por certo, seria impossível discutir com maestria e com riqueza de detalhes toda trajetória do país nessas breves páginas. Por isso, estabelecemos um recorte temporal preciso para esta discussão, delimitando o período em que o Brasil vivenciou um dos momentos mais temerosos de sua história e, se não, o mais marcante de todo o século XX: a instauração e consolidação do regime civil militar (1964-1985).

Visto que nenhuma história é solta do todo e que nenhum acontecimento se desprende de sua temporalidade e espacialidade, primamos por contextualizar o cenário político, econômico e social do país desde o início de 1960, década marcada pela eleição do presidente Jânio Quadros, que se deu mais precisamente no ano de 1961. Cinco anos antes, assumira o cargo presidencial Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), que estabeleceu uma forma de governo considerada desenvolvimentista. Sua trajetória presidencial foi marcada por uma série de acontecimentos que, em maior ou menor grau, geraram dificuldades para a eleição de um governo que pudesse dar continuidade aos projetos políticos encabeçados por ele. Isto porque, em sua proposta de “50 anos em 05”, o desenvolvimento industrial alavancado serviu de pano de fundo para mascarar os problemas sociais que se alavancaram, camuflando o aumento exacerbado da inflação, do crescimento da dívida externa e do alargamento da pobreza entre as classes populares.

Neste cenário, Jânio Quadros – que havia iniciado sua vida política anos antes – se lança à presidência da república ao lado de seu vice, João Goulart, sendo eleito efetivamente em outubro de 1960 com 48% dos votos. No entanto, de acordo com Prestes (2011) o governo de Jânio Quadros foi caracterizado enquanto um período de grande turbulência política, visto que a elevação do custo de vida desgastaram a sua popularidade política. Deste

modo, em pouco mais de seis meses no cargo, o então presidente encontrava-se isolado no jogo político, o que, dentre outros fatores, o levou a renunciar à presidência do Brasil ainda em 1961 – tendo seu vice João Goulart assumido a presidência sob um regime de parlamentarismo.

Foi nesse contexto que aos fins de março de 1964, civis e militares se uniram na deposição do então presidente do Brasil, João Goulart, popularmente conhecido como Jango, efetivando um golpe de Estado tramado dentro e fora do país, como afirma Marcos Napolitano (2014) ao debruçar-se sobre os aspectos políticos e sociais que marcaram a história do Regime Civil Militar no Brasil. Tal trama política contra o governo de “Jango”, entretanto, evidenciava-se desde 1961, sob acusações de que este seria “[...] amigo dos comunistas, incompetente em questões administrativas, irresponsável como homem político que incrementava a subversão, enfim, um populista que prometia mais do que poderia dar às classes populares” (NAPOLITANO, 2014).

Neste sentido, a tomada do poder pelos militares deixara marcas profundas na sociedade brasileira, sobretudo no que concerne à classe trabalhadora e aos movimentos sociais de esquerda, que, por sua vez, não conseguira se articular e reagir rapidamente no que se convencionou chamar de pré-golpe, vivenciando, por isso, uma das maiores derrotas políticas da história do Brasil. Com a instauração do Regime Civil Militar, o país vivenciou em primeira mão, entre os anos de 1964 e 1985, um período político de cunho autoritário, caracterizado, dentre outros aspectos, pela censura, repressão policial, perseguição, falta de participação da população civil nas tomadas de decisões políticas e demais fatores que evidenciaram a ausência de democracia e revelaram os diversos desafios impostos aos tão requeridos ganhos da classe trabalhadora.

Como resposta às imposições governamentais, destacaram-se as ações dos diversos movimentos populares que lutaram a fim de resistir e combater tais medidas, visto que estavam pautados no desejo de liberdade de expressão e da consolidação de um regime democrático, onde houvesse participação efetiva das classes populares no âmbito político e onde as reivindicações da classe trabalhadora fosse atendida. É bem verdade que apesar de as bandeiras levantadas pelos trabalhadores urbanos e rurais se diferenciarem no período em questão, enunciando as disparidades entre seus interesses, o cerne da questão trabalhista de ambas as classes estava centrado na busca por condições dignas de vida

e trabalho.

Flávio Brayner (1994) ao tratar do cenário pernambucano antes do golpe de 1964, especialmente ao analisar o governo de Miguel Arraes – tido como populista¹ - e os seus reflexos, destaca que os “governos populares” não representavam, naquele momento, nenhuma ruptura com a ordem instituída. Assim,

[...] agem no interior do sistema institucional, aceitam e praticam os princípios de uma democracia representativa e liberal; acolhem os principais esteios da imaginação moderna (racionalidade, eficiência, democracia, progresso, etc.), embora eles definam prioridades administrativas caracterizadas pela utilização de recursos públicos em proveito das populações mais pobres, o que se traduz no essencial, por uma maior oferta de educação, pela “urbanização” das favelas, melhoramento do sistema e dos equipamentos urbanos, apoio institucional à produção cultural popular, etc (BRAYNER, 1994, p. 133)

Nesta seara, a mobilização das classes populares deu-se no sentido de aprofundar seu poder de intervenção, o que aqui traduzimos como o anseio de atuar ativamente nas decisões que permeiam as esferas governamentais a fim de que suas reivindicações fossem atendidas. Neste sentido, as prioridades destes governos são consultadas pelas organizações populares, a fim de que as distintas classes sociais sejam alcançadas. No entanto, tais organizações têm seu poder bastante limitado, fazendo com que as relações estabelecidas entre “governo popular” e “organizações populares” se firmem no que parece caracterizar-se como um jogo de ambiguidades, tanto de um lado como de outro (BRAYNER, 1994).

Assim, durante o período militar, tais organizações fincaram suas raízes e lutaram contra a exclusão, com todas as implicações. Ademais,

[...] tais movimentos não mostram nenhuma homogeneidade ideológica, nem uma linha de ação política fundada

1 O autor reconhece as problemáticas que envolvem o conceito de “governo popular”, sobretudo os que antecederam o ano de 1964 e a experiência antidemocrática que se firmara no país à época. Deste modo, evidencia que “[...] apesar de tudo, manteremos a designação “popular” em nossas observações mesmo reconhecendo o caráter igualmente problemático da noção” (p. 133)

sobre uma inteligibilidade teórica do social. Eles se desenvolvem, na maioria dos casos, de maneira espontânea e em função de reivindicações imediatas e concretas. Muitos destes movimentos desapareceram rapidamente, seja porque tiveram suas demandas relativamente atendidas, seja porque as lideranças foram cooptadas, seja, ainda, em função da violência de que foram alvo (BRAYNER, 1994, p. 134).

Deste modo, a atuação dos movimentos sociais que buscavam consolidar-se no pré-golpe não se dá de maneira unânime, em decorrência da pluralidade de suas reivindicações e modos operantes. Muitas destas organizações não chegaram a encontrar expressividade política autônoma, mas atuaram como intermediárias, exercendo pressão nas esferas municipais e, às vezes, estaduais. Fato que se evidencia ao nos debruçarmos nas tentativas de consolidação da organização trabalhista por meio da criação dos sindicatos rurais entre os anos de 1945 e 1964.

De acordo com Abreu e Lima (2005), ao fim da Segunda Guerra Mundial, viveu-se um período de notório crescimento da economia mundial e de prosperidade dos trabalhadores, em decorrência do estabelecimento do Estado de bem-estar social nos países capitalistas desenvolvidos. Na economia brasileira, este crescimento refletiu na expansão da penetração imperialista e no aumento da inflação. Deste modo, a autora pontua que o quadro estabelecido a partir de 1947 sofreu um grande retrocesso no que diz respeito às instâncias democráticas, pois apesar das eleições, pluralidade partidária e liberdade de imprensa, fora um período

[...]marcado pelo autoritarismo, constantes ameaças de golpe e algumas restrições significativas ao pleno exercício da cidadania: os analfabetos não podiam votar, o PCB foi mantido na ilegalidade, a repressão era praticamente constante, quando não no plano federal, por parte de muitos estados (ABREU E LIMA, 2005, p. 18).

Neste cenário de democracia limitada que se firmava no país, ficaram evidentes as dificuldades impostas às forças democráticas e po-

pulares que tentavam emergir neste contexto. Com vistas a essas dificuldades, os sindicatos – condicionados pelo imposto sindical e por seu atrelamento ao Ministério do Trabalho – atuaram na criação de organizações paralelas, como o caso do Pacto de Unidade Intersindical (PUI), organizado a partir de 1953, o Pacto de Unidade da Ação (PUA), de 1957 e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), de 1962 que permitiram a maior articulação das lideranças sindicais, “[...] imprimindo mais agilidade e vigor ao movimento e às lutas dos trabalhadores” (ABREU E LIMA, 2005, p. 18).

Os movimentos sociais, a partir da prática de luta entram em contato com as questões mais gerais, que contribuem para sua politização². A exemplo destas organizações nos deparamos, no interior de Pernambuco, com as Ligas Camponesas que atuaram como importante organização na luta pelos direitos trabalhistas e pelo direito às terras por parte dos trabalhadores rurais, que reivindicavam melhorias de vida e condições de trabalho digno e justo. Tal movimento finca-se também, como evidencia Marcelo Rosa (2004), na luta pela Reforma Agrária e nas propostas de organização dos trabalhadores por meio do movimento sindical – cuja expansão e consolidação fora fortalecida pela ascensão de Miguel Arraes à chefia do governo do Estado de Pernambuco em 1963. Deste modo, buscaram atuar enquanto fortalecedores da autonomia produtiva destes indivíduos frente ao patronato, a saber, os senhores de engenho.

Nesta perspectiva, a atuação sindical é primordial para entendermos o processo de luta dos trabalhadores porque se constitui como peça fundamental para os desafios da vida no campo no pré-64 que, mesmo com a solidificação da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) em 1946, esteve marcada pela pressão dos proprietários rurais por meio da Confederação Rural Brasileira (MONTENEGRO, 2004). Nesta perspectiva e a partir deste contexto, trataremos da atuação política da professora primária Maria Celeste Vidal, que se consolidou no município de Vitória de Santo Antão (PE). Um dos nossos intuitos é o de evidenciar os desafios encontrados por esta personagem em decorrência de sua participação nas questões em que estavam envoltas as pautas da

2 A priori, estes movimentos se organizavam em função de reivindicações específicas e econômicas, de suas necessidades mais sentidas e dos direitos mais elementares (ABREU E LIMA, 2005).

luta pelo direito equitativo às terras e a organização dos trabalhadores rurais, em um cenário interiorano marcadamente patriarcal e elitista.

Maria Celeste Vidal foi uma professora primária interiorana que, apesar de natural do estado da Paraíba, residiu no município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco, onde atuou politicamente em defesa da consolidação da Reforma Agrária e compôs a liderança das Ligas Camponesas ao lado de Francisco Julião³, servindo de mediadora entre o jurista e os trabalhadores rurais. Em abril de 1964, pouco depois da instauração do Regime Civil Militar no país, fora presa sob a acusação de subversão, compondo o quadro de presos políticos no período.

Importante salientar que os ideais nacionalistas e desenvolvimentistas que circundavam o país à época se refletiam diretamente na vida no campo. A industrialização e a urbanização acelerada representaram, na zona canavieira, o deslocamento abrupto dos moradores dos engenhos, que iam para as periferias urbanas da região:

Tal processo, intensificado com o adensamento da malha viária nos anos 1960 e os incentivos do PROÁLCOOL no decênio seguinte, fez com que os trabalhadores rurais perdessem o acesso a terra na forma do sítio/roçado, um pequeno lote cedido pelo grande proprietário, e tivessem que deixar os engenhos. Esta expulsão se completou antes do fim do século (DABAT, 2014, p. 192).

Assim, consolidavam-se as tentativas de expulsão dos trabalhadores rurais das terras canavieiras, propiciando a sua exclusão destes espaços e de quaisquer processos autônomos aos meios de produção, sendo condicionados à serventia no que concerne aos desejos e vontades dos patrões. Nesta seara, a organização trabalhista – que, naque-

3 Nascido em fevereiro de 1915, bacharelou-se em Direito no ano de 1939, mesmo ano em que abriu seu escritório de advocacia na cidade do Recife. Sua relação com a política se acentuou tão logo se deu o fim do Estado Novo, quando ingressou no Partido Republicano (PR). Foi somente em 1948 que o advogado fora convidado a assumir a defesa jurídica dos membros da Sociedade Agrícola e Pecuária de Pernambuco (SAPP), a primeira associação camponesa do estado, sediada no município de Vitória de Santo Antão.

A Confederação Rural Brasileira, atualmente operante com o nome de Confederação Nacional de Agricultura (CNA) foi fundada em 26 de setembro de 1951.

le momento, se firmava por meio dos sindicatos – poderia representar incontáveis ganhos para os agricultores, uma vez que fortaleceria a sua autonomia produtiva e o resguardaria de eventuais ações excludentes promovidas pelo patronato. Serviria, ainda, de apoio para casos de enfermidades, falecimentos e greves que estes viessem a aderir.

É justamente no cenário descrito que se sobressai Maria Celeste Vidal. Sua atuação torna-se possível em decorrência das necessidades de ordem social e política sofridas no campo. Na sua condição de mulher, mãe, nordestina e militante política na questão da Reforma Agrária, sua trajetória nos fornece aparatos para compreendermos as relações de gênero na segunda metade do século XX, bem como torna possível a compreensão da história da educação nesse período ao nos debruçarmos nos aspectos de sua formação educacional e os reflexos desta em seus posicionamentos e feitos políticos.

Tal investigação torna-se possível sob a ótica de Edward Thompson, que defende a construção e consolidação, a partir da teorização, de um modelo de “história vista de baixo”, capaz de contemplar as pessoas comuns e os feitos cotidianos. Uma vez que todo acontecimento histórico pode ser investigado a partir da experiência humana, cada indivíduo e sua trajetória se tornam elementos fundamentais para a compreensão do fato histórico. Isto porque, as pessoas comuns, que com suas experiências são agentes da história, afetam em diferentes graus o mundo que vivem e que deixam para os que dele descendem (BERTUCCI, FARIA FILHO & OLIVEIRA, 2010).

Nesse sentido Thompson (1981) defende que mulheres e homens sejam entendidos não como fruto de aparelhos ideológicos do Estado e

[...] não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (Thompson, 1981, p. 182).

Ao seguir esta perspectiva, pode-se entender que as pessoas forjam sua história e, enquanto indivíduos que pertencem a uma mesma

sociedade compõem um grupo com ideias e interesses comuns (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA,2010), o que nos leva a situar a professora Maria Celeste enquanto representante de um coletivo de mulheres professoras que militaram em favor de uma causa. Atentando para o coletivo do qual Maria Celeste pertence, consideramos a idéia de Eric Hobsbawm (2000, p. 33), quando este pondera a importância do papel da consciência de classe na história e concluiu que “[...] as classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história”.

Isso porque a sua militância é fruto de suas vivências individuais e coletivas, ou seja, das experiências que perpassaram sua existência. Estas experiências podem ser assim elencadas: os conflitos entre os trabalhadores e os proprietários rurais pelo uso da terra, as lutas na justiça pela garantia do cumprimento das legislações voltadas para o meio rural, o conhecimento da realidade precária vivida por seus alunos, a politicagem rural, a predominância da composição masculina nas lideranças políticas e jurídicas, e outros elementos que forjaram o modo como esta personagem passa a enxergar a sua sociedade e que contribuíram para que ela iniciasse a sua militância política que, longe de ter ficado somente no campo das idéias, assumiu a forma de luta e de resistência, a tornando conhecida na sociedade vitoriense e nos fornecendo elementos para a compreensão do período estudado em múltiplas faces.

Nesta seara, Edward P. Thompson (1981) reconhece a não existência de uma noção única de “experiência”, mas de “experiências”: a vivida e a percebida. Ademais, defende que

[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõem certos praticantes teóricos) como instinto proletário, etc. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através das formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p. 189).

As experiências de Maria Celeste Vidal são consideradas a partir

das duas perspectivas já elencadas, a vivida, que se reflete em sua atuação enquanto professora primária e na Secretaria Assistente do governo de Miguel Arraes e, ainda, a experiência percebida, que se evidencia quando esta atenta para as dificuldades e realidade do trabalhador rural no referido período. Em linhas gerais, isto quer dizer que ela milita em favor de uma causa porque conhece de perto aquela realidade, ou seja, estas se constituem enquanto frutos de sua vivência individual e coletiva.

Quando nos ampararmos em Ferrarotti (1983), atentamos para a possibilidade de se conhecer o coletivo a partir das experiências individuais dos diferentes sujeitos, afinal “Se nós somos, se cada indivíduo representa a reapropriação singular do universo social e histórico que o rodeia, podemos conhecer o social partindo da especificidade irreduzível de uma práxis individual.” (1983, p.51).

Nesta messe, este livro não se propõe a biografar a vida desta personagem, mas apresentar, a partir dela, os aspectos e reflexos da sua formação educacional, atuação docente e militância política, partindo do pressuposto de que tais delimitações nos oferecem elementos para compreendermos aspectos da educação no século XX e da realidade política do Brasil às vésperas de 1964. Apesar do nosso foco não estar restrito à escrita biográfica, consideramos sua importância para o fazer historiográfico, uma vez que, como defende François Dosse (2009), a biografia é um meio privilegiado de chegar ao universal, se apresentando como recurso para a entender uma época, com seus sonhos e angústias.

Por certo, a compreensão do contexto político, econômico e social do país é também fundamental para analisarmos a trajetória desta personagem que, apesar de sua notória atuação política no período, não tem a sua história estudada com ênfase nos estudos sobre as Ligas Camponesas. Neste sentido, ao partir de suas experiências, fomentamos reflexões sobre a atuação política das mulheres no século XX, uma vez que sua trajetória revela-se como uma ruptura daquilo que se esperava para as mulheres do período: a sua limitação ao âmbito doméstico.

Maria Celeste rompe com os costumes e imposições sociais e se revela protagonista de acontecimentos que perpassam sua própria experiência. Sua atuação e militância política, evidenciada em seus discursos e declarações nos muitos debates relativos à necessidade de uma

distribuição equitativa de terras no interior de Pernambuco e à formação e organização de sindicatos que prezavam pela luta dos trabalhadores, apresentam reflexos que reverberam na atualidade. Neste sentido, esta obra visa ainda apresentar-se como reveladora de sua prática, bem como apontar para a urgência da construção de narrativas que viabilizem a compreensão de experiências que dela decorrem.

Ao longo destes capítulos, evidenciaremos os caminhos trilhados por Celeste Vidal, como era também conhecida, a fim de entender sua formação e carreira magisterial, implicando outras rotas que esta poderia ter perseguido ao longo de sua formação escolar, que possivelmente não a conduziriam a uma atuação militante tão marcante quanto fora. Não há como negar a existência de fortes relações entre a sua prática docente e a sua militância política, evidenciadas a partir de suas práticas discursivas e pelo capital simbólico⁴ que esta possuía na sociedade em que estava inserida. Nesta perspectiva, os discursos ideológicos que se fincam na questão da honra, moral e civilidade, que vigoravam a época foram fundamentais para o desenvolvimento da prática militante desta professora, que atuou na luta contra a repressão e pela obtenção de direitos básicos e elementares, como o acesso a terra.

Para a composição deste livro, nos amparamos nos referenciais teóricos já elencados e em produções bibliográficas referentes à temática, o que nos possibilita compreender o período estudado e justifica esta produção, sendo levada em consideração sua importância historiográfica no que diz respeito à consolidação de debates acerca da história das mulheres e da história da educação no Brasil ao longo do século XX. Assim, as fontes selecionadas, sobretudo no Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), disponíveis no Arquivo Público Jordão Emerenciano, e os documentos disponíveis no Instituto Histórico da cidade de Vitória de Santo Antão (PE), se apresentam como elementos fundamentais para esta discussão.

Enquanto recorte temporal, delimitamos a vida da professora

4 Conceito formulado por Pierre Bourdieu, o termo Capital Simbólico é entendido a partir da compreensão de que “capital” não se resume ao acúmulo de bens e riquezas econômicas, mas, todo recurso ou poder que se manifesta em uma atividade social. Assim, o Capital Simbólico se apresenta como a junção do Capital Econômico (renda, salários, imóveis), do Capital Cultural (saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos) e do Capital Social (relações sociais que podem ser convertidas em recursos de dominação).

Maria Celeste (1929 – 1998), uma vez que a partir de sua formação educacional, atuação profissional e política, pode-se compreender um coletivo de mulheres que, frutos de seu tempo, revelaram-se como sujeitos de ação, com experiências que elevam uma época e um lugar para além de distintas esferas da vida pública, isto considerando os mecanismos dos quais se valeu a fim de driblar o controle de uma sociedade marcadamente machista e patriarcal.

Nesta perspectiva, entender a atuação de uma mulher, frente a um regime autoritário, eminentemente masculino e elitista e, ainda, que militou em favor de uma causa cujo cerne da disputa era travado, sobretudo, entre os proprietários e os trabalhadores rurais, nos condicionou a procedimentos metodológicos que foram desde a pesquisa bibliográfica e documental, como já ressaltados, até a metodologia da história oral. Tais procedimentos permitiram que analisássemos a vida desta educadora, visando contemplar sua trajetória - desde a infância até seu falecimento - atentando, sobretudo, para seu percurso formativo profissional e suas contribuições para o despertar de novas perspectivas acerca da formação de mulheres postas no período estudado.

No que diz respeito às problemáticas que dão margem a esta produção situamos a necessidade da efetivação de estudos historiográficos, sobretudo na área de história da educação, que contemplem a atuação de mulheres em diferentes períodos e contextos. Além disto, ao debruçarmo-nos sobre as fontes selecionadas para a confecção deste trabalho, percebemos que há o predomínio, nos depoimentos das testemunhas de acusação de Maria Celeste Vidal, de uma alegação de que existia o risco iminente de uma “invasão comunista”, que tinha por objetivo o domínio político local e a desordem social, generalizando, deste modo, todos os movimentos de oposição e luta naquele período. Nesta seara, fora possível compreender que os denunciante não tinham conhecimento do que de fato se constituía como comunismo, atribuindo de forma genérica esta denominação a fim de condenar a atuação de sujeitos cuja ideologia ia de encontro ao governo vigente.

Outra problemática que se evidenciará ao longo das discussões propostas será a que surge da compreensão de que a professora Maria Celeste atuava no sentido de fazer valer as prerrogativas presentes no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) e auxiliava os trabalhadores a reconhecerem os seus direitos trabalhistas. Apesar de sua filiação às Ligas

Camponesas, não há comprovação de que, no período de sua prisão, esta tivesse associação às guerrilhas internacionais, mas mesmo assim ela é presa sob estas acusações, sendo taxada de subversiva. Por fim, a construção de uma história da educação no período elencado pode nos revelar uma história coletiva de hábitos, modos, relações políticas, sistemas educacionais, relações de gênero e de poder, influência religiosa, dentre outros aspectos que a compõem.

Enquanto instrumentos de descobertas e exploração das fontes, fora realizada entrevista com Murilo César Vidal Bastos e Paulo Max Vidal Bastos, filhos da professora Maria Celeste Vidal. Suas narrativas, apesar de não serem tomadas como reveladoras da verdade, mostram as representações construídas em torno desta personagem histórica que, na condição de mulher, superou preconceitos, enfrentou o sistema e se faz constar na hierarquia educacional e política de Pernambuco. Por certo, a narrativa não é uma representação exata do que existiu, mas sinaliza uma compreensão de como se processou a travessia do passado ao presente. Já no que concerne à composição e escrita deste trabalho, as discussões estão dispostas em três capítulos assim propostos:

No primeiro capítulo, intitulado “Reformas educacionais no século XX: entre os grupos escolares e as cadeiras isoladas” identificamos aspectos da formação escolar que a conduziu a seguir a carreira do magistério, perpassando pelas reformas educacionais que vigoraram no período bem como as dificuldades de consolidação do ensino público do qual Maria Celeste foi fruto. No capítulo posterior, de título “Professora exemplar vs subversiva vermelha” exploramos supostas relações existentes entre a sua prática docente e sua militância política, frente à repressão do Estado no tocante às questões de ordem social, sobretudo relacionadas à realidade do campo e à Reforma Agrária, aos direitos trabalhistas e a sua vulnerabilidade frente aos desafios do período.

Já no terceiro capítulo, que tem por título “‘Só quero meu povo sem cativeiro’: A atuação de Maria Celeste em prol das minorias e sua prisão”, o foco está nos discursos proferidos à época, visando interpretar os artifícios políticos e de cunho ideológico que conduziram a sua prisão e tortura durante o Regime Civil Militar, bem como a condição da mulher frente aos aparelhos repressivos. Por fim, retomamos os debates sobre a temática, ponderando a atualidade desta discussão e a necessidade de revisitas historiográficas que contemplem a atuação das mulhe-

res em diferentes períodos e as influências de sua formação educacional e política neste processo.

Neste sentido, as reflexões a serem fomentadas ao longo desta discussão são primordiais para compreendermos, para além dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais do período, as dimensões do “ser mulher” durante um Regime marcadamente opressor e autoritário, fundamentado nas constantes tentativas de desmobilização da classe trabalhadora. Desta forma, acentua-se a necessidade da construção de narrativas históricas que privilegiem o protagonismo de Maria Celeste Vidal e de tantas outras, mulheres simples, mas que se revelam “extraordinárias” quando efetuada uma investigação acerca de suas experiências individuais e coletivas.

2. REFORMAS EDUCACIONAIS NO SÉCULO XX: ENTRE AS CADEIRAS ISOLADAS E OS GRUPOS ESCOLARES

Para este capítulo, dedicado a formação educacional da professora Maria Celeste Vidal, temos o propósito de compreender as instâncias formativas experienciadas por esta personagem. Para tanto, foi possível enveredar pelos possíveis processos formativos existentes nas primeiras décadas do século XX, o que contribui para uma melhor compreensão da história da educação no Brasil neste período. As reformas educacionais já vigentes também foram levadas em consideração, atentando para as dificuldades de consolidação de um ensino público e também feminino que fosse além de um ensino para as atividades domésticas e para o cuidado e crescimento familiar.

As disparidades entre as modalidades educacionais viáveis para meninos e meninas no período evidenciado também se apresentam como importante elemento para a compreensão da problemática estudada, qual seja a inserção feminina nos espaços educacionais no início do século e as dificuldades de consolidação de um sistema educacional público neste período.

Maria Celeste Vidal, filha de José Freitas Vidal e Severina de Oliveira Vidal, nasceu em 11 de maio de 1929 no distrito de Água Branca, pertencente ao município de Princesa Isabel, localizado na região semiárida do estado da Paraíba. Completou sua formação escolar passando pelo ensino público e privado, nas cidades de Águas Brancas

e Caruaru, respectivamente. Ao casar-se com Esau Damasceno Bastos, passou a residir em Tabira (PE) e, posteriormente mudou-se para Vitória de Santo Antão, na zona da mata pernambucana, onde constituiu sua família e exerceu atuação política notória em defesa da consolidação da Reforma Agrária e da construção de sindicatos para os trabalhadores rurais.

No que concerne a sua formação escolar, como registrado, cursou o ensino primário na Escola Pública de Água Branca no estado da Paraíba e o 2º Grau no Colégio do Sagrado Coração na cidade de Caruaru, em Pernambuco, onde concluiu o Curso Pedagógico no ano de 1945. Com vistas a entender as possibilidades e os caminhos trilhados por ela nos debruçamos sobre os modelos educacionais vigentes entre 1920 e 1945 nos estados da Paraíba e Pernambuco, ambos pertencentes à região nordeste do Brasil, mas não sem antes atentar para suas circunstâncias.

Sobre sua infância, ela mesma narra em poema denominado “O meu querer”:

São aquelas coisas simples/Que o “progresso” mudou/Menina, solta, na rua/Banhada de luz da lua/De lua se embriagou/Quero aquela Água Branca/Brancura do seu riacho/O cheiro do mel de engenho/Ai que saudade eu tenho/Do mel fervendo no tacho/Quero beber alvorada/Com galinhas no terreiro/Pinto saindo do ovo/Ir para a roça de novo/Balançar no umbuzeiro (VIDAL, 1994, p. 29).

Muitos dos versos de Maria Celeste Vidal, que se tornou notória poetisa, retratam aspectos de sua infância e dos acontecimentos que experienciou no período. Em seu livro “Água Branca Meu Amor – poemas”, publicado em 1984, Maria Celeste destaca que falar de sua terra natal não era uma tarefa fácil, uma vez que “[...] a saudade de repente, vira doença fatal” (VIDAL, 1984, p. 1). Ao recordar-se do perfil dos moradores da cidade e do que eles representavam para seus rumos, Celeste conclama que a história de sua cidade natal e de seus moradores merece ser revista, uma vez que ela pode revelar seu povo e sua riqueza:

Reveja sua HISTÓRIA/Descubra sua grandeza/Quando o grito LIBERDADE/Se fez ouvir em PRINCESA/Por dentro dos madeiros/Descubra com emoção/ Lá nos CA-

MINHÕES QUEIMADOS/Soldados, CABRAS armados/
Fazendo

REVOLUÇÃO/Não se esqueça Zé Firmino/Nanuza, José
Vidal/Padre Aristides, seu Nino/ Odon, Chôa, Clementi-
no/Alipio, cacumba, curral [...] A pequena PARAÍBA/ No
mapa é um segundo/ A grandeza do seu POVO/ Não cabe
dentro do mundo (VIDAL, 1984, p. 2).

Nos versos elencados, a poetisa faz alusão ao Levante de Princesa, datado de 1930, acontecimento cujas narrativas marcaram a sua infância. O referido conflito é revelado pela autora no sentido de atentar para a necessidade de revisitas acerca deste acontecimento tão importante para a história local e para evidenciar a bravura e grandeza de seu povo. O modo como este momento histórico é retratado por Maria Celeste nos conduz a atentar para a participação de homens e mulheres, pessoas simples, mas que, naquele momento estavam “fazendo revolução”. Ainda, faz menção à atuação de seu pai, José Vidal, levando-nos à hipótese de que desde muito nova assistiu à atuação política acentuada dos seus familiares, o que pode tê-la ajudado a forjar-se militante política anos mais tarde.

Por certo, a década de 1930, com Getúlio Vargas na presidência do país, fora marcada pelas tentativas de consolidação dos ideais modernizadores que deveriam se fazer notar por toda extensão do território nacional. Em linhas gerais, tais propostas implicavam a consolidação de significativas mudanças no sistema econômico, no jogo político e no campo educacional, que sentiria em primeira mão os reflexos dos ideais modernizadores. Deste modo, este projeto político buscava implementar um sistema de educação pública que possibilitasse a inserção de crianças e jovens nas instâncias educacionais, reverberando na expansão da escolarização brasileira em distintos níveis e esferas.

A respeito das possibilidades de consolidação de uma escola pública em municípios interioranos, Advíncula e Ananias (2011) apontam que a expansão dos sistemas educacionais no estado da Paraíba data da década de 1920, em consequência das mudanças econômicas que vigoraram nas comunidades locais, que ocorreram devido à inevitável modernização das cidades. Tal modernização fazia-se notar no aumento significativo das instituições públicas e privadas, com vistas à formação

de “[...] uma elite intelectual, constituída por filhos ilustres da cidade e cidadãos vindos do estado vizinho”.

Deste modo, o ar modernizador que se difundiu em diversos municípios situados na zona rural, requereu o desenvolvimento de uma rede de escolarização pública, que fosse além da implantação de Cadeiras Isoladas⁵- que contava com a atuação de professoras/es leigas/os, por falta de professoras/es diplomadas/os. No ano de 1936, no povoado de Água Branca, por exemplo, atuava, enquanto professora leiga, Iracema Marques na Cadeira Isolada de categoria Rudimentar/Mista (ADVÍN-CULA & ANANIAS, 2011). Entretanto, ao homenagear a sua terra natal e os seus professores, Maria Celeste, em um de seus poemas, evidencia a imagem da professora Dolores, como segue:

Viagem de volta. Quando penso n'Água Branca/Sinto orgulho em ser de lá/Sinto até um arrepio/Dando um nó que nem pavio/E bato os olhos a chorar[...]E cadê dona Dolores/Que me ensinou A B C?/Tio Bejo dava um tostão/Sem essa de inflação/Comprava não sei o quê/Recorde dona Tereza/Iraci e Iracema/As mangas lá das mangueiras/As flores de laranjeira/Vaqueiros, flor de jurema (VIDAL, 1984, p. 95)

Luciano Mendes de Faria Filho e Diana Vidal (2000) destacam que os espaços dedicados ao ensino e a fixação de tempos de permanência na escola são uma proposta da última década do século XIX, inicialmente em São Paulo e posteriormente em vários estados brasileiros, até que pudessem, por fim, assumir a forma mais acabada dos Grupos Escolares⁶. Para os autores, os Grupos foram concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber que

5 Em conceituação proposta por Juliana Viega (2011, p. 2), “[...] as escolas isoladas também eram designadas de escolas singulares, cadeiras primárias públicas de ensino ou cadeiras isoladas. Elas eram unidades não agrupadas, constituídas por um ou mais grupos de alunos, de idades variadas, sob a responsabilidade de um(a) docente. Podiam ser femininas, masculinas ou mistas e havia a possibilidade de que suas turmas fossem subdivididas em classes, segundo o nível de instrução do público atendido”

6 Ainda, os autores destacam que “Neles, e por meio deles, os republicanos buscaram dar a ver a própria República e seu projeto educativo exemplar e, por vezes, espetacular” (FARIA FILHO & VIDAL, 2000, s/p).

[...] encarnavam, simultaneamente, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Apresentados como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam para o futuro, projetavam um futuro, em que na República, o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista. (FARIA FILHO & VIDAL, 2000, s/p)

Nesta perspectiva, Juliana Viegas (2011), amparada em Irlene Gonçalves (2004), aponta que o objetivo de criação dos Grupos Escolares era o de

[...] modificar o quadro composto por professores despreparados, escolas sem locais adequados para funcionar, aulas sem materiais apropriados, salas sem carteiras e mesas e métodos vistos como arcaicos e ineficientes. Assim, intentava-se constituir uma escola baseada nos parâmetros da modernidade, isto é, com mobiliário adequado, novo método de ensino, edifício próprio, turmas seriadas, professores qualificados e com um sistema de fiscalização profissional (VIEGA, 2011, p. 4).

De acordo com Pinheiro (2006), na Paraíba, o projeto de criação das escolas rurais também já havia sido defendido pelos grupos intelectuais locais desde o final do século XIX, fazendo com que as diretrizes educacionais propostas pelo governo de Getúlio Vargas fossem rapidamente absorvidas e implementadas pelos gestores públicos paraibanos. Assim, seguindo os ideais do Estado Novo, estas escolas tinham como principal objetivo vencer o analfabetismo e consolidar uma noção de nacionalidade⁷.

No entanto, o crescimento industrial favorecido pela ampliação

A este respeito, Sueli Pereira (2020) destaca que o anseio pela modernidade que se instaurava no Brasil no início do século suscitou importantes debates acerca da necessidade de Reformas educacionais que tivessem por objetivo o combate do analfabetismo. Assim, entre 1920 e 1929 consolidavam-se importantes modificações na instrução pública, sobretudo na escola normal, sempre sendo evidenciada a necessidade de uma educação cívico-nacionalista. Situa-se, neste contexto, a “Reforma Dória”, responsável também pelo enriquecimento do currículo do Curso Normal.

da concentração fundiária que se acentua na década de 1930, obrigava os camponeses a migrarem para os centros urbanos em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Como afiança Pinheiro (2006), o influxo migratório para as cidades

[...] atingia negativamente o processo de estruturação e consolidação da escola pública nas regiões rurais do Nordeste e, mais particularmente, da Paraíba. Por motivos diversos, mas inter-relacionados, a continuidade da educação escolar representava uma dificuldade para os grupos sociais subalternos, localizados nas zonas rurais (PINHEIRO, 2006, p. 3)

Uma vez que os centros urbanos não conseguiam absorver a demanda de mão-de-obra e o campo sofria cada vez mais em decorrência dos fluxos migratórios populacionais para as cidades, evidenciava-se a necessidade da consolidação da Reforma Agrária, que atuaria no sentido de distribuir equitativamente a terra entre os trabalhadores rurais, contribuindo para sua permanência na zona rural. Assim, a sua não consolidação impedia a fixação de homens e mulheres no campo e, como consequência, de crianças e jovens na escola (PINHEIRO, 2006).

Deste modo, o crescimento desordenado populacional nas cidades levou o Estado a tomar importantes medidas no setor educacional, no sentido de fixar os rurícolas no campo por meio da escola e, ainda, limpar as cidades de “menores abandonados e delinquentes”. Sendo encarada como um elemento significativo que contribuía com a economia do país, a escola rural deveria passar a atuar na qualificação dos trabalhadores rurais, visando contribuir para o desenvolvimento econômico brasileiro⁸.

Desta feita, a Constituição Federal de 1937 estabelecia, em seu artigo 15, IX, que caberia a União “[...] fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer a formação física, intelectual e moral da infância e da juventude”. Neste sentido, a educação é tida como dever e direito natural dos pais, que podem contar com o auxílio do Estado, que também teria a obriga-

⁸ Para Faustino Neto (2009), havia uma noção, nas primeiras décadas do século XX, que a difusão da instrução pública poderia propiciar maior controle do Estado sobre a sociedade (NETO, 2009, p. 3)

ção de oferecê-la às famílias que não possuíam condições financeiras de arcar com os custos da educação formal.

No que diz respeito ao dever do Estado com a educação, o Decreto-Lei nº 4.958 de 1942 instituía o Fundo Nacional do Ensino Primário, constituído pelos tributos federais a serem arrecadados. Como consta no seu Art. 3, os recursos seriam destinados “[...] à ampliação e melhoria do sistema escolar primário de todo o país. Esses recursos serão aplicados em auxílios a cada um dos Estados e Territórios e ao Distrito Federal, na conformidade de suas maiores necessidades”. Quatro anos depois da publicação do referido Decreto, a Constituição Federal de 1946 anunciava que a educação se constitui como direito de todos, devendo ser ofertada no lar e na escola, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana. Ademais, a própria Constituição estabelecia que

I - o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional; II- o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos; III - as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes (BRASIL, 1946).

No inciso III, nos deparamos com indícios da inserção das indústrias agrícolas neste novo cenário rural, revelando-nos o caráter que a educação passa a assumir nesse novo contexto, um ensino que formasse cidadãos preparados para atuação nessas indústrias. Desta forma, deixa de atuar somente no sentido de afastar os “menores abandonados e delinquentes” das ruas, para agir dando-lhes possibilidades de aprender os ofícios necessários à vida no campo neste novo cenário (PINHEIRO, 2006). É justamente nesta perspectiva que nos versos já destacados do poema “O meu querer”, Celeste Vidal revela faces de uma infância perdida pelo “progresso” repentino que se instalava no interior, modificando a estrutura da vida no campo e nas cidades.

Em clima de mudanças e anseios para a vida rural, Sizenando Costa (1934) argumentava na Revista de Ensino que

[...] as atividades rurais se deviam desenvolver largamen-

te na escola, e que o lár do Brasil deveria sofrer uma influencia reformativa de modo a tornar a nossa dona de casa mais apta, mais eficiente, menos dispersiva, menos desinteressada pelas questões economicas, e paralelamente a este trabalho, deveremos também valorizar o homem, oferecendo-lhe os meios para produzir com abundancia, se fixar no sólo, estimulando-lhe um amôr profundo pela sua gléba dadivosa, úbere fonte de riqueza e de felicidade (COSTA, 1934, Apud PINHEIRO, 2006)

No entanto, neste processo conhecido da história brasileira como ruralização da educação, uma das mais latentes dificuldades para a consolidação das escolas rurais estava ligada à falta de professores qualificados que se dispusessem a assumir as Cadeiras Isoladas no interior⁹. Por este motivo, muitas cidades interioranas contavam com a atuação de professores/as leigos/as na direção das Cadeiras Isoladas Rurais, geralmente ministradas por filhos/as da elite política local (ADVÍNCULA & ANANIAS, 2011). Assim, somente em 1946, com o objetivo de fixar o professorado diplomado na zona rural, foram criadas as Escolas Rurais Paraibanas, expandindo a educação pública no estado (PINHEIRO, 2006, p. 13).

Neste sentido, ao nos debruçarmos nos aspectos envolvidos na consolidação do ensino público nas zonas interioranas, sobretudo da Paraíba, nos foi incitado investigar a modalidade da educação feminina, buscando compreender como a educação para as mulheres fora pensada nas primeiras décadas do século XX. Desta feita, destacamos que o governo paraibano, a fim de consolidar um modelo de educação que fosse “pensado para a vida”, estabelecera propósitos distintos para a educação masculina e feminina no período. No entanto, o ensino mútuo não deve ser entendido tão somente como uma iniciativa do governo paraibano. A Lei de 15 de outubro de 1827 já deliberava sobre a formação de escolas de ensino mútuo e sobre a instrução de professores:

Art 4º As escolas serão de ensino mutuo nas capitaes das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e loga-

9 A fim de suprir esta necessidade, o Estado da Paraíba elabora uma legislação em 1938 para efetivar a criação de escolas públicas destinadas a formação de professores (PINHEIRO, 2006, p. 7)

res populosos dellas, em que fór possível estabelecerem-se. Art 5º Para as escolas do ensino mutuo se applicarão os edificios, que houverem com sufficiencia nos logares dellas, arranjando-se com os utensillios necessarios á custa da Fazenda Publica e os Professores; que não tiverem a necessaria instrucção deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e á custa dos seus ordenados nas escolas das capitães (BRASIL, 1827)

Nesta perspectiva, à educação escolar caberia tornar os homens capazes de desenvolver com eficiência as indústrias locais, enquanto que para as mulheres caberia uma educação que as tornassem aptas para administração de um lar que, dentro de suas possibilidades, fosse financeiramente equilibrado, com alegria e conforto (PINHEIRO, 2006, p. 12).

Tal afirmação torna-se evidente ao analisarmos a idealização da educação feminina proposta por Sizenando Costa na Revista de Ensino de 1934, onde este trata do modelo da escola rural:

À menina que nasceu num meio rural, cujos ideais devam estar limitados ao ambiente onde se agita, não interessará, por exemplo, aprender alta costura ou tocar piano. Isso que para a menina da cidade constituiria talvez atividades necessárias, para a da 'roça' não passa de mera banalidade sem nenhum interesse para a família ou para a comuna. O ideal dessa menina não vai além da aspiração de constituir um lar feliz e abastado ao lado de um companheiro amável. Manter e ampliar essa felicidade, assegurando a maior soma de conforto, é um dever do Estado pela ação de seus educadores. Eis uma forma, muito simples, de pôr em equação o problema da chamada questão social (COSTA, 1934 apud PINHEIRO, 2006)

Muitas eram as diferenças entre a educação pensada para o homem e para a mulher no início do século XX. Tais diferenças contribuíam para a consolidação de papéis sociais distintos que os sujeitos deveriam desempenhar ao longo de sua vida. Assim, em tese, a atuação masculina nas fábricas ou nas atividades agrícolas, com “mão de obra pesada” se distinguia da atuação feminina, que se daria no lar, mediante a contribuição para o desenvolvimento da economia doméstica e volta-

da para a criação e cuidado dos filhos. Foi nessa dualidade de atribuição de papéis que nossa personagem começa a se construir.

A FORMAÇÃO ESCOLAR DA PROFESSORA MILITANTE

Para Thompson (1981) a escola não age como vazio cultural, ela se forma na e da cultura. Neste sentido, ela é formada de impressões, sujeitos, individualidades, experiências e anseios. Nesta perspectiva, entendemos que a escola – local de possibilidade de transmissão, reprodução e crítica da cultura – se forja a partir das circunstâncias que lhe são atribuídas, bem como dos sujeitos que por seus espaços perpassam. No caso destes indivíduos, estes depositam seus anseios, expectativas e experiências no ambiente escolar, forjando-se e educando-se a partir deste e das experiências dos demais sujeitos que a compõem.

Mediante fontes escolares e entrevista com dois de seus filhos, passamos a entender que sua família possuía, para os padrões locais, relativo poder aquisitivo, uma vez que Maria Celeste, ao concluir o ensino primário, passou a estudar, incentivada por seu pai no Colégio Sagrado Coração¹⁰ da cidade de Caruaru (PE), instituição privada dirigida pelas Missionárias Irmãs Beneditinas¹¹. Criado no início do século XX, à época era um colégio católico que funcionava sob a supervisão das freiras, cujo modelo educacional vigente era notoriamente marcado pelos ideais religiosos. Como sinaliza Sonia Lira (2003), a própria formação territorial caruaruense fora marcada pela ação religiosa que também se

10 Ana Nascimento (2013), ao investigar o percurso histórico da educação em Caruaru entre os anos de 1979 a 1996 aponta que inicialmente esta instituição de ensino era conhecida denominada “Colégio das Freiras”.

11 Prestes a completar, em setembro de 2020, 100 anos de história em Pernambuco, o Colégio Sagrado Coração se constitui como uma das muitas obras sociais das Irmãs Beneditinas Missionárias de Tutzing. Em publicação online datada de 11/09/2010 do Jornal Vanguarda, Roberto Peixoto, antigo coordenador da instituição de ensino destaca que a sua fundação deu-se em 1920 com as “missões estrangeiras” das quais se encarregaram as Irmãs Beneditinas. Segundo ele, esta é uma casa de ensino que “[...] tem se destacado pelo seu pioneirismo e alto grau de excelência no trabalho que realiza. Uma instituição que tem contribuído para a formação de gerações no Agreste, possibilitando com o seu trabalho que os jovens possam aprender a trilhar um caminho justo e lutar por uma sociedade mais igualitária”. Disponível em: www.jornalvanguarda.com.br/v2/?pagina=noticias&id=6826. Acesso em 16fev2020.

ocupou do ensino, sediando o Colégio Sagrado Coração - um dos mais tradicionais da cidade.

Maria Celeste iniciou, nesta instituição o Curso Normal no ano de 1940, tendo concluído esta etapa de sua vida escolar em 1945. Como poucas as fontes cedidas pela escola, apenas o seu histórico avaliativo, nos propusemos a investigar, dentro do percurso histórico da formação de professores no Brasil, as leis e reformas consolidadas que regulamentaram a instrução de professores no país. Tal investigação remeteu-nos para o século XIX, mais precisamente para 15 de outubro 1827 com o “Decreto das Escolas das Primeiras Letras”, que se constituiu como a primeira lei de Instrução Pública Nacional do Império do Brasil. O referido Decreto propunha a criação de escolas primárias no país¹².

No entanto, a implantação deste Decreto enfrentou uma série de dificuldades, das quais se destacam “[...] a falta de adequados prédios escolares e material necessário à adoção do método; do descontentamento dos mestres, pela falta de uma preparação adequada; pela ausência de proteção dos poderes públicos e pela baixa recompensa pecuniária” (BASTOS, 1998, p. 96). A fim de sanar, em parte, o problema com a formação dos professores, foi criada a primeira Escola Normal do Brasil (1835 – 1851), em Niterói, capital da província do Rio de Janeiro, como uma espécie de projeto piloto para a formação de professores. Sob esta perspectiva, a formação de professores seria o

[...] ponto de partida para o exercício de uma direção. Criar a carreira do Magistério era tornar este professor um agente do governo, do Estado, capaz de estabelecer cotidianamente, no espaço escolar, o nexos instrução educação, propiciando, por meio da formação disciplinada dos futuros Homens e cidadãos, e sua inclusão numa civilização (VILLELA, 1990 apud BASTOS, 1998).

Ainda em 1838, Francisco Rego Barros atentava para a necessidade de criação de uma Escola Normal em Pernambuco, onde seria pos-

12 Maria Bastos (1998) acentua que para os professores que “[...] não tivessem a necessária preparação no método mútuo de ensino, o decreto previa a sua instrução a curto prazo e à custa do seu ordenado nas escolas das capitais. Um professor de primeiras letras que dominasse o método mútuo encarregava-se de ensiná-lo aos demais professores, através da demonstração prática, suprimindo, assim, os problemas de ausência de cursos específicos. (p. 96)

sível aprender todos os ramos dos conhecimentos ensinados nas aulas da instrução primária superior. No entanto é somente a partir de 1864 que se deu a criação desse tipo de escola com base na Lei nº 598 (PEIXOTO, 2006, p. 63). Ao analisar as circunstâncias sob as quais foi criada a Escola Normal no estado, Flávia Peixoto (2006, p. 65) aponta que “Criava-se a escola normal mas ela já nascia desvalorizada”. Fato que se dá especialmente em decorrência da diminuição do período previsto de duração de curso de 03 para 02 anos e a redução salarial dos professores e diretores da referida instituição, demonstrando, segundo a autora, a falta de interesse em melhorar os níveis dos candidatos a professores e consequentemente dos futuros cidadãos que eles iriam formar.

Mesmo em decorrência destas dificuldades, estabelecia-se o funcionamento das Escolas Normais, por onde deveriam passar todos os professores em seu processo de formação profissional. Inicialmente aberta para o sexo masculino, a Escola admitia estudantes que soubessem ler, escrever e contar, maiores de 18 anos e de “bons costumes”. De acordo com Flávia Peixoto (2006), tais especificações geravam problemáticas, uma vez que no curto prazo de dois anos, não seria possível formar professores habilitados ao ensino, visto que estes ingressavam na Escola sabendo apenas “ler, escrever e contar”. No que concerne ao currículo destas instituições, constavam as seguintes disciplinas:

1º ano – leitura em prosa e verso, caligrafia, noções essenciais da gramática nacional, princípios fundamentais em números inteiros e os sistemas de pesos e medidas.
2º ano – desenvolvimento da aritmética até proporções, leitura dos Evangelhos, elementos de geografia e história, principalmente do Brasil, geometria plana e agrimensura, desenho linear e os métodos conhecidos de ensino primário habilitando o aluno a compará-los filosoficamente e justificar a excelência do misto que fica sendo o adotado para as escolas primárias (PEIXOTO, 2006, p. 67)

Sob estes ideais, as instituições que atuam na formação de professores foram sendo forjadas e desenvolveram-se ao longo da história. Para além das Escolas Normais, formaram-se as Escolas Normais Rurais, cuja atuação deveria ser voltada para a formação de professores que atuariam especificamente no campo, cujos pressupostos advinham como analisa Mortatti (2000), a

[...] integração e generalização, em nível nacional, de iniciativas estaduais renovadoras, mas regionalmente localizadas, da década de 1920, e à organização sistêmica do ensino em seus diferentes graus – primário, secundário e superior – e modalidades – normal, rural e profissional –, essa aspiração encontra sua síntese nos princípios da “escola nova”, tal como passaram a ser interpretados, divulgados e institucionalizados pelos renovadores e inovadores da época – a partir, sobretudo, d’ O Manifesto dos pioneiros da educação nova(1932) –, particularmente por aqueles que aliam atividades intelectuais e acadêmicas com atividades político-administrativas, como, por exemplo, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. (MORTATTI, 2000, p. 143).

É com o Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946 que fica estabelecida a organização da Escola Normal no Brasil. No que concerne aos seus objetivos, há que se destacar a necessidade de prover a formação dos docentes a fim de que atuem nas escolas primárias, proporcionar a habilitação dos administradores escolares e o desenvolvimento e propagação de técnicas relativas à educação da infância. Neste sentido, ficam estabelecidos três tipos de estabelecimentos de ensino normal: o Curso Normal Regional (estabelecimento destinado a ministrar somente o primeiro ciclo de ensino normal), a Escola Normal (estabelecimento destinado a dar o curso de segundo ciclo deste ensino e o ciclo ginásial) e o Instituto de Educação (especialização do magistério e de habilitação para administradores escolares do grau primário) (BRASIL, 1946). Há que se deixar explícito que Maria Celeste foi fruto dessa proposta, mas sobretudo, do contexto político, marcado pelos aspectos sociais e culturais caracterizados pelo patriarcalismo. De acordo com Susan Besse (1999), a formação educacional de mulheres no período, é derivada das reformas educacionais¹³ que, de todo modo, não tinha por objetivo

[...] fomentar a emancipação intelectual, econômica e social feminina, mas mobilizar eficientemente as mulheres

13 Em decorrência das reformas educacionais efetuadas entre 1920 e 1940, há um aumento significativo da presença de mulheres que ingressavam na carreira magisterial (AZEVEDO & FERREIRA, 2006).

para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política (...) Como mediadora entre o velho e o novo, a educação feminina associava grandes doses de educação moral e de disciplina social à instrução em conhecimentos e habilidades básicas. A tarefa atribuída à mulher era “civilizar”, “elevar” e “redimir” o mundo, não transformá-lo (BESSE, 1999 apud AZEVEDO & FERREIRA, 2006).

Importante destacar que, no caso de Pernambuco, a inserção das mulheres nas Escolas Normais só se deu a partir de 1875, causando algumas discordâncias quanto a este processo. O governo à época buscou acalmar a opinião pública com algumas medidas que tinham por objetivo prevenir os inconvenientes da inovação:

Os assentos nas aulas eram dispostos em duas sessões, uma ao lado da outra para cada sexo, ficando em frente a cadeira do professor. É importante destacar que os pais das alunas ou outras pessoas que às levasse a escola, poderia assistir às aulas desde que fossem decentemente vestidas (PEIXOTO, 2006, p. 73)

Ao tratarem da formação docente voltada para a atuação nas escolas normais rurais, Ávila, Silva e Rocha (2018) destacam que no Brasil, o investimento da formação e profissionalização docente ficou à mercê dos interesses dos governantes, o que expôs diferenças na remuneração e nas condições de trabalho. No que concerne ao interior pernambucano, foi somente com a chegada, na década de 1970, do LOGOS II – projeto desenvolvido pelo Departamento de Ensino Supletivo do Ministério da Educação – cuja finalidade era a capacitação do corpo docente da rede pública de ensino, que os professores puderam ampliar os seus conhecimentos e, ao mesmo tempo, aumentar seus vencimentos (ÁVILA, SILVA & ROCHA, 2018).

Ao considerar que, no estado de Pernambuco, a região viveu períodos difíceis no que tange à educação pública, Ávila, Silva e Rocha (2018) apontam para a necessidade de considerarmos enquanto fatores de extrema relevância as políticas públicas dirigidas à formação de professores leigos entre as décadas de 1950 e 1970. Isto porque, projetos como o já referido LOGOS II foram responsáveis por auxiliar a forma-

ção docente, o que se reflete na promoção de mudanças nas práticas pedagógicas dos professores. No que concerne às dificuldades enfrentadas pelos professores, consideramos também o contexto que os cercavam: salas de aula lotadas, escassez de materiais didáticos, falta de condições adequadas de trabalho, baixo salários, ausência de residências anexas nas escolas, dentre outros aspectos que se constituíram como problemáticas para a fixação de professores primários na zona rural.



Imagem: Fotografia da professora Maria Celeste Vidal no dia de sua formatura no Pedagógico em 1945. Acervo pessoal da família.

A imagem anterior é da recém professora Maria Celeste Vidal no dia de sua formatura na Escola Normal Rural. A professora foi fruto de seu tempo, tendo uma formação tradicional correspondente aos modelos educacionais postos no período. Em sua infância cursou o nível primário em uma instituição pública interiorana, se defrontando com as dificuldades de consolidação de um ensino público no meio rural. Sua formação na Escola Normal Rural se deu, como evidenciado, em um internato de freiras na cidade de Caruaru (PE), cujo currículo estava pautado, apesar das disciplinas obrigatórias curriculares, em uma moral religiosa e no uso das práticas cívicas como elementos cruciais para o exercício de sua docência.

De acordo com Dominique Julia (2002), que se dedica na cultura escolar como elemento histórico, as disciplinas se definem tanto por suas finalidades quanto por seus conteúdos. Adotando a perspectiva empregada pela autora, nos propusemos a identificar e mapear as disciplinas presentes no currículo dos Cursos Pedagógicos da Escola Normal Rural Sagrado Coração em Caruaru (PE) entre os anos de 1940 e 1945 – período de formação de Maria Celeste Vidal – e, ao realizar a identificação, atentar para seu percurso histórico e seus objetivos gerais. No entanto, o objetivo desta produção não está centrado na história das disciplinas escolares¹⁴, mas o de reconhecer a importância das disciplinas curriculares para a construção do saber e da cultura escolar.

No que diz respeito a sua formação na referida Escola o currículo do curso Normal Rural dividia-se em cinco etapas, cada uma com duração de um ano: 1º ano secundário, 2º ano secundário, 3º ano secundário, 1º ano pedagógico e 2º ano pedagógico. As disciplinas dessas modalidades estavam dispostas da seguinte maneira:

14 No Brasil, estes estudos ainda são recentes se comparados a alguns países europeus, uma vez que datam do fim da década de 1980, com tímidas produções, sobretudo nos programas de mestrado e doutorado das universidades públicas (ALVES & RODRIGUES, 2020).

Quadro I – Relação de disciplinas referentes às etapas escolares cursadas por Maria Celeste Vidal na Escola Normal Rural

ETAPA ESCOLAR	DISCIPLINAS CURRICULARES
<u>1º ano secundário</u>	• Português; • Francês; • História • Geografia; • Matemática; • Música; • Ginástica;
<u>2º ano secundário</u>	• Português; • Francês; • Inglês; • História; • Corografia; • Matemática; • Desenho; • Ginástica;
<u>3º ano secundário</u>	• Português; • Inglês; • Matemática; • Física; • Química; • História natural; • Desenho; • Ginástica;
<u>1º ano pedagógico</u>	• Português; • Psicologia; • Metodologia; • Antropologia; • Agricultura; • Higiene; • Pré-orientação; • 1º período; • 2º período;
<u>2º ano pedagógico</u>	• Português; • Pedagogia; • Metodologia; • Sociologia; • Pré-orientação; • 1º período; • 2º período;

A Escola, mesmo seguindo o currículo comum, exerce certa autono-

mia sobre o conteúdo trabalhado e os valores perpassados que norteiam a prática diária da unidade de ensino. Isto quer dizer que, no caso da Escola Sagrado Coração, sendo um internato dirigido por freiras católicas, mesmo não tendo em seu currículo a disciplina “religião”, pautava-se nos valores católicos como norteadores da sua cultura escolar, o que repercute na formação das futuras educadoras e na identidade da referida instituição.

Dentre as disciplinas cursadas, algumas mais que outras, chamam a atenção no currículo, em virtude dos seus desdobramentos históricos. Isto porque no tempo presente, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira é obrigatório na rede da educação básica brasileira, como estabelecem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). Nesta seara, a trajetória do ensino formal no Brasil nos revela que durante sua existência, o ensino das línguas estrangeiras também estiveram presentes nesta construção, como o caso do latim, francês, grego, alemão, italiano e inglês. No caso da Escola Normal Rural, dois idiomas participavam do currículo do curso Pedagógico, o francês e o inglês, como evidenciado.

De acordo com Katia Mulik (2012), a valorização do ensino das línguas modernas se dá com a chegada da família real portuguesa no Brasil, levando o príncipe D. João VI, no ano seguinte, a assinar um decreto instituindo a criação de cadeiras de inglês e francês com o objetivo de melhorar a instrução pública e atender às demandas da abertura dos portos ao comércio. Desta feita, funda-se, no ano de 1837,

[...] o Colégio Pedro II de primeiro nível secundário, sendo referência curricular para outras instituições por quase um século, pois sua grade era inspirada nos moldes franceses, que era a representação do ideal de cultura e civilização na época. No programa, constavam sete anos de francês, cinco de inglês e três de alemão (MULIK, 2012, p. 15)

Com as levas de imigrações européias para o Brasil, sobretudo com as agendas propagandistas do governo Vargas que incentivava a imigração em larga escala para a ocupação dos postos de trabalho no país, a disseminação de escolas nas comunidades de língua estrangeira se apresentou como uma marca do período. No entanto, em 1917, ano da Revolução Russa, as escolas estrangeiras são fechadas no Brasil, criando-se as escolas primárias que, bancadas pelo Estado, deviam se-

guir as normativas educacionais do governo Vargas (MULIK, 2012).

Isto considerado, as próprias metodologias de ensino das línguas estrangeiras são modificadas no país, uma vez que, seguindo os ideais governamentais, deveria haver a valorização da língua materna: o português. Sob estes ideais e neste cenário de turbulência e modificações é que se dá o estudo das línguas estrangeiras no período estudado por Maria Celeste Vidal, entre 1940 e 1942, durante a realização do 1º, 2º e 3º ano secundário.

Já no que concerne à disciplina de História, esta passa a ser obrigatória, para o ensino secundário, a partir de 1838, sendo ministrada nos liceus e ateneus provinciais. No século XX, a disciplina era ministrada seguindo os moldes tradicionais: não havia espaço para discussão e o desenrolar da disciplina era guiado pela atribuição dos feitos políticos e sociais aos heróis nacionais e, ainda, acentuava-se a valorização do professor como o centro das aulas (AZEVEDO & STAMATTO, 2010).

O ensino de Geografia, nesta perspectiva, tinha por objetivo abranger o estudo do meio ambiente de que depende a sociedade humana. Ademais,

[...] deve a geographia ter também como objectivo, a educação política, para qual também contribuirá, primeiro com o estudo das condições geographicas da formação do Estado e com a demonstração de que este, nascido como qualquer sociedade política, das necessidades de segurança colectiva, se caracteriza, geograpgicamente, pela soberania territorial e requer, para se manter íntegro, a fixação do grupo social ao solo (Decreto Lei 19.890 de 08/04/31, art 10º Apud BARROS, 2000)

No que diz respeito à língua materna, o Português, o ensino compreendia todos os níveis da formação nas Escolas Normais, desde o 1º ano secundário ao 2º ano pedagógico. Já no caso da Matemática, a disciplina compreendia somente os três primeiros anos de formação (1º ano secundário, 2º ano secundário e 3º ano secundário). Enquanto a disciplina Português estava voltada para as normas ortográficas, o domínio da escrita e a compreensão textual, o ensino da matemática pautava-se tão somente nas operações básicas.

Foi durante o Estado Novo que as noções de cuidado com o corpo se evidenciaram. Os ideais de homens e mulheres fortes e aptos para

o labor se faziam valer e se refletiam no sistema educacional, inclusive na formação de professores – visto que estes iriam atuar no ensino primário onde estas noções deveriam ser consolidadas em seus alunos. Neste sentido, dá-se a presença da disciplina de Ginástica nos três primeiros anos de formação pedagógica e Higiene no quarto ano.

De acordo com Rosa Fátima de Souza Chaloba (2017), em São Paulo, nas Escolas Normais Rurais, as disciplinas de Higiene, Agricultura Geral e Especial e de Zootecnia seriam ministradas privativamente, por médicos, engenheiros, agrônomos e médicos veterinários, caracterizando assim, a especificidade da formação técnica para as atividades agrícolas. No entanto, não tomamos conhecimento desse funcionamento no estado de Pernambuco, não sendo possível saber se no Colégio Sagrado Coração as disciplinas de Higiene e Agricultura eram ministradas pelas próprias freiras ou por especialistas. O que podemos afirmar, com base nas nossas pesquisas é que o modo de ingresso nas instituições destes dois estados se assemelhavam: o ingresso no curso dependia da aprovação nos exames de admissão.

Ademais, a formação para professores primários nos cursos pedagógicos das Escolas Normais Rurais contemplavam o ensino da Música, Corografia, Desenho, Psicologia, Metodologia, Antropologia, Química, Física, Pedagogia, Metodologia e Sociologia, além de Pré-orientação Profissional. Assim, os conteúdos apreendidos por estas professoras durante a sua formação tinham não somente embasamento teórico mas também pedagógico. Acreditamos, ainda, que a metodologia de ensino servia para que estas pudessem transmitir tais conteúdos aos seus alunos e que os Cursos Normais rurais tinham propósitos específicos voltados à formação do homem do campo, sendo expressados a partir das disciplinas. No caso do Colégio e curso em apreço, o que se vê é mais uma adaptação do requerido pela Lei Orgânica do Curso Normal Rural, do que necessariamente o seu cumprimento. O que nos leva a entender como o vivido pode em muito destoar do prescrito.

3. PROFESSORA EXEMPLAR VS. SUBVERSIVA VERMELHA

Neste capítulo, nos propomos a investigar as possíveis relações estabelecidas entre a formação, o exercício profissional da professora Maria Celeste Vidal e a sua atuação política, sobretudo direcionada à

pauta da Reforma Agrária, considerando que foi o tema que a colocou em evidência a ponto de ser presa política. Compreender como uma professora primária é taxada como subversiva no Regime Civil Militar, nos permite compreender os artifícios ideológicos pensados para aquele momento, bem como o uso da repressão como forma de controle social. Deste modo, neste capítulo buscaremos identificar as faces de atuação desta personagem, atentando para as relações que esta estabelece com a sua profissão, considerando que, além de professora, ela trabalhou na Secretaria Assistente do governo do estado e, ainda, forjou-se militante da causa agrária por meio das Ligas Camponesas em Vitória de Santo Antão (PE) onde se elegeu suplente para a câmara dos vereadores no mesmo município.

Em diversos momentos de sua vida, Maria Celeste Vidal assistiu a sua atuação docente entrelaçar-se à sua militância política. Desde muito nova, ao concluir o curso pedagógico, iniciou a sua jornada enquanto professora no município de Afogados da Ingazeira, em 1947, no Grupo Escolar Dom Luiz de Brito, no estado de Pernambuco. Seus registros profissionais e pessoais apontam que a partir de 1954 atuou como professora no Grupo Educacional Carlota Brekenfeld, localizado no município de Tabira (PE) e em 1957 foi transferida para a cidade de Vitória de Santo Antão, onde, além de atuar como professora constituiu família e exerceu atuação política de destaque para os padrões locais.

Quadro II – Instituições em que Maria Celeste Vidal ensinou.

Unidade de Ensino	Localização	Período
Grupo Escolar Dom Luiz de Brito	Afogados da Ingazeira (PE)	1947 – ?
Grupo Escolar Carlota Brekenfeld	Tabira (PE)	1954 – 1957
Grupo Escolar Oliveira Lima	Vitória de Santo Antão (PE)	1959 – 1964
Escola Educacional de Pacas - FEBEM	Vitória de Santo Antão (PE)	1957 - 1958

Quadro que apresenta as Instituições de Ensino em que a professora Maria Celeste Vidal atuou, bem como o período. Tais informações são frutos de pesquisa nos acervos do DOPS/PE e no Instituto Histórico de Santo Antão (PE)

De acordo com as fontes analisadas, a professora Maria Celeste Vidal, teria atuado profissionalmente sempre em instituições públicas, nas referidas unidades de ensino já elencadas. Ademais, durante sua trajetória profissional, tornou-se bastante conhecida pelas relações que estabelecia com a comunidade e com os trabalhadores rurais, fato que se evidencia quando esta assume, a convite do Secretário Assistente do Governador Miguel Arraes, Fausto Nascimento, o convite para assumir a Secretaria Assistente, servindo de mediadora entre o Governo do estado e os trabalhadores rurais.

Componente da liderança das Ligas Camponesas, Maria Celeste esteve envolvida em diversas questões ligadas aos respaldos trabalhistas. Segundo consta nos relatórios policiais, a indiciada era constantemente convidada pelos camponeses para auxiliá-los em questões de saúde, casamento, registro civil, garantia de pagamento do 13º salário e repouso remunerado. De acordo com seu filho Murilo Vidal (2020), muitos destes trabalhadores se dirigiam a sua residência a fim de conseguir doações de roupas e alimentos, sendo a professora Celeste sempre solícita a ajudá-los de acordo com suas condições.

Dentre as ações de Maria Celeste, confirmamos que esta levava algumas autoridades e candidatos políticos para Vitória de Santo Antão a fim de que estes conhecessem e intervissem na realidade de seu povo. Para além disto, atuou na construção de um sindicato que funcionava sob a orientação da igreja local e se mobilizou, junto a outros indivíduos para fundar, nos engenhos locais, como o Bento Velho, sedes do Movimento de Educação de Base (MEB), organismo vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o intuito de realizar ações diretas de educação popular.

Dada as ameaças de prisão do então governador Miguel Arraes, Maria Celeste buscou táticas que impedissem tal desiderato uma vez que esta entendia que seria a partir de seu governo as reivindicações dos trabalhadores rurais seriam atendidas. Sendo assim, no comitê Municipal de Vitória de Santo Antão, passou a gerir algumas reuniões pelo Partido Comunista, destacando as necessidades locais (VIDAL, 1964 apud FONSÊCA, 1964).

No papel de mãe, Maria Celeste sempre prezou pelo ensino e cuidado de seus três filhos - Paulo Max, Márcia Maria e Murilo César - conciliando a profissão, a vida doméstica e sua vocação artística. No

entanto, em decorrência de sua atuação política acentuada, teve os rumos de sua trajetória modificados após a instauração do Regime Civil Militar no país, tendo resistido à ilegalidade deste, o que se reflete na sua ação de tomar a rádio local para informar sobre a presença do Exército na cidade e convocar seus companheiros de luta e trabalhadores rurais para, juntos, resistirem ao golpe¹⁵.

Sua associação com as Ligas Camponesas também lhe conferiu um status de “perturbadora da paz” dentre a elite comerciária vitorien- se, como revela o depoimento prestado pelo comerciante local Joaquim Bosco Tenório Medeiros, que declarava em 05 de abril de 1964 que

[...] a sociedade local vivia ultimamente verdadeiro const-
rangimento face a atuação ostensiva de agitadores, aco-
bertados pelo oficialismo pregado em praça pública, a luta
de classes, jogando empregados contra patrões e, campo-
neses contra proprietários; que, entre esses agitadores, ti-
nha papel saliente a professora MARIA CELESTE VIDAL
BASTOS (MEDEIROS, 1964, s/p apud MATOS, 1964, s/p)

Tal tipo de acusação colocou em risco o exercício de sua profis-
são ao passo em que contribuiu para a promulgação de sua sentença na
categoria de subversiva. No entanto, o status de “comunista” que recebe-
ra dos denunciante e das autoridades policiais, e que agiu como justifi-
cativa para a sua prisão não fora novidade para Maria Celeste. Ainda em
sua adolescência - aos 16 anos de idade - quando estudou no Colégio
Sagrado Coração, na cidade de Caruaru, foi acusada de ser comunista
quando

[...] ousou fazer um movimento de arrecadação de fundos
em prol de uma colega que não poderia fazer as provas
porque o pai não conseguia pagar a mensalidade. Ela tam-
bém cantava gracejos contra a guerra que caminhava para
o fim, enfrentando as freiras alemãs (JINKINGS & PIRES,

15 Luís do Nascimento em “História da imprensa em Pernambuco (1821 – 1954) v. 14: municípios das letras “q” a “v”” revela que no município de Tabira (PE), a professora Maria Celeste já havia se valido do uso da imprensa, nesse caso escrita, para documentar relatos da vivência local. Tal ação se deu no jornal “Correio de Tabira”, fundado em 22 de abril de 1951, sentenciando, em sua primeira edição, que “Lutar na imprensa matura é pelejar contra uma grande maioria de incompreensíveis, para não falar nos constantes sacrifícios de ordem financeira, além de outros tantos entraves...”

s/d, s/p).

Acerca desse acontecimento que marcara a juventude de Maria Celeste, e que foi narrado aos seus filhos, Murilo Vidal (2020) assim rememora:

Na época da Guerra [Segunda Guerra Mundial] ela se encontrava internada no colégio religioso de umas irmãs alemãs [...] Por conta da formação do grupo para fazer frente a todos os países do mundo, vem a Alemanha encabeçando [...] A Alemanha se uniu ao Japão e à Itália e formou o Eixo. Ai mamãe fez uma “provinha” falando que [...] “o Eixo se quebrou”. Era uma forma de pirraçar com as irmãs alemãs. Outro episódio que minha tia falou foi [...] ela teve uma amiga, uma colega de colégio da época, uma adolescente “que nem” ela, que faltou dinheiro para pagar o colégio que era particular. Ela [Maria Celeste] propôs que cada amiga dela no internato, retirasse um montante do dinheiro que chegava para elas, para pagar a mensalidade da colega e por conta disso as freiras alemãs taxaram aquele ato de comunista, muito mais do que ver um ato de amor, um ato de caridade, de solidariedade. Elas enxergaram como um ato de comunista. Mamãe disse que foi a primeira vez na vida que ouviu falar de comunismo. Essa palavra “comunista”. Foi pela boca das freiras alemãs (VIDAL, 2020).

Ao tomar como base estes relatos, percebemos que a noção de “ser comunista”, ainda naquele período, era muito insipiente, faltando às freiras o real conhecimento do que se constituía como comunismo naquele período, como, aliás, boa parte da população também entendia, vide os inúmeros adjetivos que aos comunistas eram atribuídos a exemplo de bicho papão, bárbaros, selvagens, comedor de fígado, ateu, assassinos vermelhos, subversivos, perturbadores da paz, dentre outros. Este “imaginário comunista”, de acordo com Rodrigo Motta (2000), entende-se como um conjunto de imagens e relações de imagens produzidas pelos homens acerca de determinados aspectos da vida social. Neste sentido, o anticomunismo

[...] deu origem à constituição de um imaginário próprio, uma conjunção de imagens dedicadas a representar os comunistas e o comunismo. Naturalmente, dada a disposição

de recusa integral ao projeto revolucionário, tais imagens se concentraram em apontar aspectos negativos nas doutrinas e práticas comunistas (MOTTA, 2000, p. 71).

Ademais, ao buscar compreender as repercussões de sua formação escolar e dos atos que protagonizava ainda em sua juventude que reverberaram no exercício da docência, percebemos que Maria Celeste ligava-se intimamente à realidade social na qual estava inserida. Observação que se revela em seu depoimento prestado em 01 de agosto de 1964 na Casa de Detenção do Recife, onde alegara que

[...] no ano de 1957, chegara em Vitória de Santo Antão, transferida do Município de Tabira, onde servira no Grupo Escolar Carlota Breckenfeld, como professora estadual, vindo para o primeiro município referido dirigir o Instituto Profissional de Pacas; que a esse tempo era Secretário de Educação o professor Aderbal Jurema; que a referida transferência a declarante atribuí a méritos seus; que é do interior da Paraíba, de Princesa Isabel, zona sertaneja, onde desde cedo, principalmente nos colégios, começou a sentir os problemas sociais; que costumava mais observar os fatos, em sua nudez, do que mesmo através de leituras, à cata de idéias (VIDAL, 1964, p. 01 apud FONSÊCA, 1964, p. 01)

Deste modo, atentamos para um poema de sua autoria que, quando analisado a partir da perspectiva abarcada em sua declaração, nos expôs faces não só de sua atuação docente na cidade de Tabira (PE), mas de sua ligação com a comunidade local:

Tabira ficou colada bem dentro do meu juízo. Ficou balido de ovelha/Chuveiro de cachoeira/Milh'assado na fogueira/Na alma, favo de abelha/Do amor ficou centelha/Ficou canto do carão/Galinha-de- pinto pavão/A saudade no degredo/Das amigas, o segredo/Ternuras do meu Sertão! [...] Ficou carta do A-B-C/Cantigas de procissão/De lanterninhas na mão/Rezando para chover/Ficou tanto bem- querer/Ficou sino Ave Maria/Pajeú sem pescaria/O açude dos Barreiros/Debaixo dos umbuzeiros/Ficou a minha alegria (VIDAL, 1994, p. 24)

Tais versos, além de rememorarem a ligação da professora Celeste com o referido município, evocam também marcas da religiosidade católica em meados do século passado, sobretudo nas regiões interioranas. No entanto, a influência religiosa não se deteve à sua infância, sendo também evidenciada quando nossa personagem esteve diante das acusações de subversão proferidas contra ela. Fato que se faz notório quando a referida precisou se valer de depoimentos e testemunhos de defesa que atestassem a sua boa conduta profissional.

A exemplo destas declarações, situamos a prestada por Erotildes Pires F. Veras datado de 30 de maio de 1954, que estava marcada por referências das atividades de cunho religioso, no âmbito escolar, realizadas por Maria Celeste. Assim atestou a declarante:

Declaro que a professora Maria Celeste Vidal Bastos, exerceu suas funções no Grupo Escolar Carlota Breckenfeld na sede do município de Tabira, durante o período de 1954 e 1957, cujo Educandário estava sob minha responsabilidade, cumprindo, a referida professora, com os seus deveres, inclusive ministrando aulas de catecismo e desempenhando nas festas cívicas o papel de oradora, nunca externando idéias políticas contrárias aos princípios cristãos, nada constando que desabonasse sua conduta (VERAS, 1964, s/p).

Tal declaração torna-se crucial em decorrência das acusações que intitulavam a professora Celeste Vidal como “agitadora”. Isto porque a religião servia como elemento necessário à defesa de acusações que envolviam as discussões sobre reforma agrária e organização sindical dos trabalhadores rurais, pois entendia-se que esta se constituía em uma luta justa, uma vez que prima por melhores condições de vida e trabalho para os camponeses. Ainda, chamar a atenção para as atividades religiosas exercidas por Maria Celeste no período em que esteve trabalhando na referida instituição de ensino, está diretamente ligada à influência dos preceitos cristãos para o Regime em vigor. Torna-se evidente através deste discurso e de sua própria atuação, que se fazia possível (e necessário) defender os direitos sociais - individuais e coletivos – estando respaldada nos valores éticos e morais do cristianismo.

Fato observável também na declaração prestada por Targélia Peixoto, supervisora da 2ª Região, em 01 de junho de 1964, na qual ale-

gava que

[...] MARIA CELESTE VIDAL BASTOS serviu como professora na cidade de Vitória de Sto Antônio, durante o período de 1959 a 1964 sob a minha responsabilidade, cumprindo a referida professora com seus deveres profissionais, nunca externando para, com colegas e alunos, quaisquer idéias políticas, nada constando que abonasse sua conduta (PEIXOTO, 1964, s/p).

Mediante a consulta do referido documento, analisamos as entrelinhas deste discurso que, naquele momento, se constituiu como importante ferramenta para a defesa da professora Celeste. Para tal análise, nos debruçamos na contextualização dos acontecimentos políticos e sociais que marcavam o país à época: a guerra ideológica, os constantes conflitos com os trabalhadores rurais no que tange a distribuição equitativa de terras, a taxação de subversivos para todos aqueles que iam de encontro às imposições do Regime, o combate às guerrilhas, dentre outros temas.

Assim, pontuar enfaticamente que a acusada não externava seu posicionamento político e ideológico no ambiente escolar se constituía, também, enquanto uma maneira de legitimar a prática docente de Celeste Vidal, ao passo em que afastava dela a acusação de que suas ações eram prejudiciais à manutenção da ordem social. Deste modo, nenhuma das declarantes citadas tratou a atuação e militância de Maria Celeste como um erro, algo fora de época e de ordem. Do contrário, visaram defender, no discurso e nas suas entrelinhas, que esta atuava em prol dos menos favorecidos, pondo em evidência, através de suas práticas, a necessidade da união da classe trabalhadora e do envolvimento de todos na luta pela obtenção de seus direitos. Ademais, o fato da professora Celeste militar politicamente não implica dizer que esta externava seus ideais políticos e ideológicos dentro do ambiente escolar, como foram também outros casos, a exemplo da professora sergipana Ofenísia Soares Freire, militante pelo Partido Comunista Brasileiro (SOUZA & CONCEIÇÃO, 2020).

Professora de Língua Portuguesa no Colégio Atheneu Sergipense, Ofenísia Freire filiou-se ao Partido Comunista no ano de 1947, período de redemocratização do país após o Estado Novo. De acordo com Souza e Conceição (2020), o PCB, desde 1946, vinha influenciando a

política sergipana, tanto na capital, quanto em algumas zonas interiores. Neste sentido, a professora sempre se solidarizou com os alunos que compunham o Movimento Estudantil, os incentivando quando procurada por estes. No entanto, é importante destacar que Ofenísia, estrategicamente, não buscava externar seus posicionamentos políticos e ideológicos no ambiente de sala de aula, não incitando movimento algum nesse espaço.

Dada a instauração do Regime Civil Militar em 1964, a professora sofreu perseguições políticas no ambiente escolar, sendo, inclusive, afastada sem justificativa do Conselho Estadual de Educação, onde era membro desde 1963. Nesta perspectiva, tal qual Maria Celeste, Ofenísia Freire compõe o quadro de mulheres, professoras, que em decorrência de seus posicionamentos políticos, tiveram os rumos de sua carreira alterados.

Ademais, mediante os depoimentos já citados e as acusações proferidas contra a professora Maria Celeste, convém perceber que o professor, dentro da sociedade em que esta estava inserida, tinha uma função social a representar. Assim, deveriam seguir a moralidade e os bons costumes propagados à época, sob o risco de serem taxados como imorais. Tais preceitos morais destinados aos professores é uma herança do século XIX, momento em que as escolas fundadas por congregações e ordens religiosas, masculinas ou femininas, eram mantidas por professores/as leigos/as, que deveriam ser “[...] eles e elas, pessoas de moral inatacável; suas casas ambientes decentes e saudáveis, uma vez que as famílias lhes confiavam seus filhos e filhas” (LOURO, s/d).

Ainda, no que concerne às professoras que atuavam nos cursos pedagógicos, quando houve a regulamentação da primeira lei de instrução pública para o ensino das “pedagogias” – o único nível que as meninas teriam acesso – estas deveriam ser “[...] aquelas senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostrarem dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar” (LOURO, s/d).

Neste sentido, na trajetória docente feminina, os ideais sobre a “moral e bom costume” estiveram sempre latentes. Tais normatizações conservaram-se também na década de 1960, quando os acusadores da professora Maria Celeste se valeram da sua atuação política para justificar a sua demissão do cargo de professora do Magistério Primário

do Interior em 20 de novembro de 1964, embora não estivesse atuando mais em sala de aula, pois estava cedida à Secretaria de Assistência como consta no Relatório de Investigação policial (CABRAL, 1964).

Desta feita, torna-se possível compreender as justificativas embutidas nas declarações prestadas por Erotilde Veras e Targélia Peixoto, que atuavam no sentido de defender que as ações políticas de Maria Celeste em nada afetavam a sua carreira profissional. Em nossa compreensão, sua liderança nas Ligas Camponesas e os levantes sociais que protagonizava, faziam dela uma professora e educadora melhor por despertar a consciência social e a atenção aos menos favorecidos e marginalizados pelo sistema, fato que se evidencia também em seu trabalho na FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor), com os chamados menores delinqüentes.

Acerca de sua atuação na referida Fundação, seu depoimento prestado em 01 de agosto de 1964 na Casa de Detenção do Recife, nos revelou as dificuldades da sua atuação e os meios dos quais se valeu a fim de driblá-las, uma vez que a professora “[...] sentiu pouca assistência ou nenhuma aos problemas da referida entidade”, fato que a revoltava por ter uma formação cristã, “acreditando plenamente na existência de Deus”. (BASTOS, 1964, p. 01 apud FONSÊCA, 1964, p. 01). Apesar de sua gestão no referido Instituto ter durado apenas 01 ano, se valeu de todos os seus esforços e dos recursos de que dispunha para modificar a realidade das crianças e jovens atendidas pela Fundação, inclusive levando o então Secretário do Interior e Justiça, Dr. Antônio Geraldo Guedes, para tomar conhecimento e buscar soluções para as necessidades locais.

Tal sensibilidade para os problemas sociais revelou-se uma marca da atuação de Maria Celeste Vidal, contribuindo para seu empenho na luta em prol dos trabalhadores rurais que, em muitos casos, iam a sua casa procurá-la para que ela pudesse atuar em conjunto com eles. Ainda no que concerne à sua atuação profissional e as dificuldades sentidas por ela, durante sua atuação na FEBEM, não havia mobiliário adequado, assim

[...] as aulas eram ministradas utilizando-se os alunos de caixões de querosene; que alguns alunos escrevia até no chão, digo, alunos escreviam até no chão, podendo até adiantar que uma escola isolada estadual funcionava em

uma casa mortuária, isto no bairro, digo, isto na “Sociedade Beneficente Amor e Trabalho” (BASTOS, 1964, p. 01 apud FONSÊCA, 1964, p. 01).

Sua declaração evidencia faces de sua atuação docente, mas também militante entrelaçada intimamente à realidade social, marcada pelas limitações do governo em atender as demandas da educação escolar interiorana. No já evidenciado trecho, a declarante transpõe-se de um lugar de fala de uma acusada por subversão, inimiga da pátria, para se colocar no lugar de uma professora que, conhecedora da realidade, fez o que pode para que a situação fosse revertida.

Há que se ressaltar que tal humanização percebida na prática docente de Maria Celeste Vidal conduzia as pessoas que estavam em seu entorno, a admirarem por esta garra e por persistir na missão de educar crianças, jovens e adultos. Fato que se acentua porque, de modo geral, os seus alunos eram, em sua maioria, filhos dos trabalhadores rurais, levando a professora a inteirar-se da vivência vitoriense sob duas perspectivas: a dos jovens que lecionava e dos pais que defendia.

Uma hipótese que suscitamos é a de que a professora Celeste não se conformava em contemplar as disparidades entre as condições de vida e trabalho dos camponeses. Isto porque, estando as terras do município de Vitória de Santo Antão concentradas nas mãos dos latifundiários, que se consideravam acima da lei, os camponeses em nada tinham direito sob a terra que produziam e de onde tiravam seu pouco sustento. Conhecendo esta realidade, se empenhava na luta por melhores condições de vida e trabalho, o que naquele momento poderia se consolidar mediante a construção de um sindicato rural e da reforma agrária.

É fato que Maria Celeste teve que se relacionar, a partir de sua vivência na comunidade vitoriense, com os costumes, as tradições locais, as instituições, o modo político operantes, dentre outros fatores que compunham a sua realidade. Tais relacionamentos ajudaram a forjar as experiências da professora e militante, influenciando significativamente em seus posicionamentos e reivindicações. De acordo com Edward Thompson (1981),

[...] as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como idéias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos, ou (como supõe certos praticantes teóricos) como instinto proletário etc. elas experimentam sua

experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p. 189)

Ademais, apesar da grande popularidade da professora no município, nem todas as declarações prestadas por colegas de carreira e profissão foram favoráveis à professora Celeste. Dentre tais depoimentos de acusação, situamos o termo de declaração prestado por Florianita de Oliveira Barreto, professora estadual, no edifício da Câmara Municipal de Vitória de Santo Antão em 02 de julho de 1964. Natural de Serra Talhada, a referida professora residia em Vitória de Santo Antão, se dedicando ao magistério havia 10 anos. A referida professora alegara que

[...] gosta de política partidária, tendo participado inclusive dos comícios udenistas, isso desde o ano de mil novecentos e quarenta e cinco, com o brigadeirismo; que, em consequência, fez aqui campanhas ao lado dos senhores Cid Sampaio e João Cleofas; que por ocasião do Governo do Sr. Miguel Arraes, fora bastante perseguida no município, em virtude de não seguir os princípios defendidos por Maria Celeste Vidal Bastos, professora estadual; que por essas razões fora transferida [...] que a declarante era tida como reacionária e a referida professora Cel este aqui lhe dizia que era preciso acabar com a “democracia podre” e que a declarante dispunha de vinte e quatro horas para deixar o Município (BARRETO, 1964, p. 01 apud FONSÊCA, 1964, p. 01).

Tais informações, prestadas pela professora estadual, estão envoltas de julgamentos pessoais em decorrência de algum desentendimento, político ou não, que esta viesse a ter com a professora Maria Celeste. Assim, partimos do pressuposto que esta poderia ter aproveitado a oportunidade da prisão política de Celeste para acusá-la mesmo sem provas. No entanto, este depoimento, exerceu grande contribuição para sua demissão sumária. Ademais, as acusações direcionadas à Maria Celeste Vidal expressas em seu depoimento estão voltadas para a esfera política nos níveis municipal e estadual, estando as duas professoras em lados opostos do jogo político. Tal afirmação acentua-se nas seguintes acusações protagonizadas por Florianita Barreto:

[...] a agitação aqui era intensa, realizadas constantes passeatas, á frente a professora Celeste e o Tenente Edvaldo Rodrigues da

Cunha Cavalcanti, então delegado de Polícia local, pregando-se na época a reforma agrária “na lei ou na marra”; que na Praça Três de Agosto, aqui situada, os camponeses, então reunidos com a professora Celeste, através dos discursos proferidos arquitetaram a deposição do Prefeito local [...] sempre sob a supervisão intelectual da professora Maria Celeste Vidal. (BARRETO, 1964, p. 03 apud FONSÊCA, 1964, p. 03).

Tais informações nos levam a crer que a professora Maria Celeste recebia determinado prestígio dos membros da polícia local e dos camponeses em decorrência de sua atuação conjunta e por esta conhecer e contribuir para sua luta cotidiana por condições dignas e justas de trabalho, bem como em favor da consolidação da Reforma Agrária, que garantiria aos trabalhadores o direito a terra. Tal prestígio e tudo que dele descendia, sem dúvidas causou ressentimento em Florianita Barreto, o que a levou a proferir as acusações elencadas.

Desta feita, a denunciante representava, em seus discursos, uma elite insatisfeita com as movimentações protagonizadas por Maria Celeste que, sob sua supervisão intelectual, avançava na luta pela plena garantia de direitos. Fato de importante constatação é o de que a denúncia contra a professora Celeste, através do relatório do inquérito policial de autoria do Delegado Especial Galba de Almeida Matos, deu-se somente em 07 de abril de 1964, seis dias após a sua prisão, que fora efetuada em 01 de abril. No referido relatório, o delegado afirmou que a

A sociedade vitoriense assistia coagida e temerosa, a ação perniciososa desta irrequieta professora que, com o beneplácito do oficialismo de então, pregava a luta de classes e a subversão da ordem pública e do regime democrático. Paga pelos cofres públicos para lecionar, pôz [sic] de lado o b a Bá das crianças e passou a cuidar dos adultos. Dos camponeses. Sendo que, ao invés de alfabetizá-los, incitava-os à luta, pregando processos de subversão e de desordem, criando, enfim, um clima de inquietação de braços dados a comunistas notórios (MATOS, 1964, s/p).

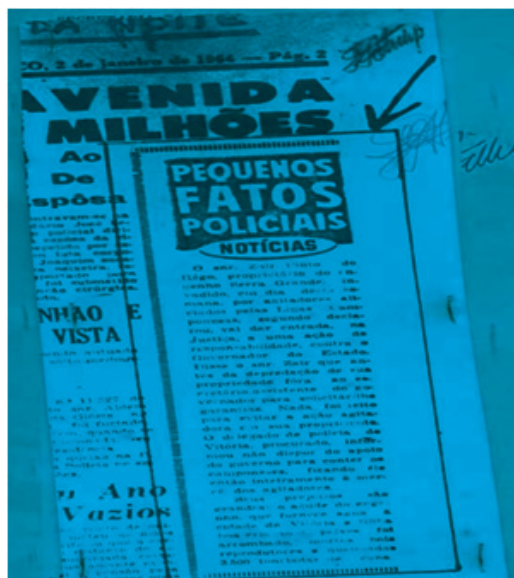
O referido relatório indicava ainda que a professora Maria Celeste recebia uma gratificação de CR\$ 20.000 (vinte mil cruzeiros) da Secretaria Assistente. Tais constatações se davam no sentido de criminalizar a sua transferência do Grupo Escolar em que trabalhava para atuar na referida Secretaria. No entanto, a transferência nada tinha de ilegal e a gratificação era um acréscimo em seu salário de professora em virtude da promoção. No entanto,

[...] para os agentes do Estado que queriam, a todo custo, comprovar a má gestão dos recursos públicos e a utilização de dinhei-

ro público para o financiamento do suposto processo revolucionário dirigido pelos comunistas, tal transferência e pagamento transformou Maria Celeste em “uma subversiva gratificada pelo próprio governo” (SANTOS, 2016, p. 127)

Assim sendo, a educação sempre esteve na mira das forças armadas que controlavam o país durante o Regime Civil Militar, no sentido da ação monitoradora do Exército que fiscalizava as ações dos alunos e professores que porventura estivessem indo de encontro à ordem do Estado, causando a “desarmonia social”. Ademais, as páginas dos jornais que circulavam à época retratavam, com um ar tendencioso, os acontecimentos do campo.

É o caso de uma matéria intitulada “Pequenos fatos policiais: notícias” datada de 02 de janeiro de 1964. Apesar de não termos conseguido identificar o nome do jornal, a referida reportagem nos oferece aparatos para compreendermos a visão empregada pela mídia sobre a atuação dos camponeses nos engenhos no referido período.



Jornal não identificado. 02 de janeiro de 1964. Página 02. Título da reportagem: Pequenos fatos policiais: notícias.

A referida reportagem evidencia uma denúncia prestada por Zair Pinto do Rêgo. Proprietário do engenho Serra Grande localizado em Vitória do Santo Antônio, o referido afirma ter suas terras invadidas por agitadores alinhados às Ligas Camponesas, dando entrada na justiça uma ação de responsabili-

dade contra o então Governador do Estado, alegando que após a depredação da sua propriedade teria entrado em contato com o secretário assistente do governador, mas nada foi feito.

Nas entrelinhas dessa acusação situamos a necessidade do denunciante em pontuar que a Secretaria Assistente nada estava fazendo em relação aos avanços da organização das Ligas Camponesas no município, buscando implicar os membros da Secretaria como coniventes com as invasões aos engenhos locais. Sendo Maria Celeste Vidal um importante membro da referida secretaria, tais acontecimentos serviam de justificativa para acentuar que no município, a atuação policial não se efetivava em decorrência de seus atos, estando os proprietários locais à mercê das práticas agitadoras e subversivas.

Em contrapartida, em declaração prestada em 01 de agosto de 1964 na Casa de Detenção do Recife, a declarante afirmava que “[...] o Sr. Zair Pinto do Rêgo não pagava o salário justo dos camponeses, trabalhadores seus, pagando a mais das vezes a metade do salário” (BASTOS, 1964, p. 04 apud FONSECA, 1964, p. 04). A partir desta declaração, partimos da hipótese de que Zair Rêgo, denunciante que estampara as páginas dos jornais, pertencia ao grupo dos senhores de engenho que não garantia condições justas de trabalho aos camponeses, trabalhadores estes que procuravam a professora Celeste para receber orientações legais sobre o modo como proceder na luta pela garantia de seus direitos.

Nas trilhas da luta pela garantia dos direitos trabalhistas dos camponeses, Maria Celeste teve seu nome e imagem estampando as páginas dos jornais locais. Tais notícias buscavam evidenciar o caráter subversivo da professora, destacando-a como uma perturbadora da paz. Isto pode explicar porque, em 06 de maio de 1964, a referida presta um depoimento na Casa de Detenção do Recife, negando todas as acusações de subversão direcionadas a ela. Dentre outros aspectos, tais acusações buscavam atribuir caráter ilegal à sua transferência à Secretaria Assistente. Neste sentido, a professora afirma que, na condição de funcionária pública e tendo, ainda, participado da campanha para deputado estadual de Francisco Julião,

[...] nunca assistiu participou ou assinou qualquer solenidade ou manifestos de solidariedade a qualquer potência ou País Internacional; que sempre se envolveu em problemas camponeses quando solicitada inclusive por proprietários de terras; [...] que não tem nenhuma vinculação de amizade(Sic) com qualquer comunista (BASTOS, 1964, s/p apud AZEVEDO, 1964, s/p).

Desta feita, nos fora também possível compreender as distintas faces

das declarações prestadas pela professora Celeste. Em um primeiro momento, a acusada se vale de sua função como servidora pública a fim de se ausentar das denúncias direcionadas a ela. Ainda, seu depoimento evidencia a necessidade de distanciar-se de quaisquer associações da sua figura com as guerrilhas internacionais, que eram consideradas à época como inimigos externos, indicando que nunca se solidarizava com qualquer potência ou País Internacional, estando incluso nessa afirmação seu distanciamento da Rússia e de Cuba.

Ademais, faz-se necessário que analisemos as condições à que fora submetida a fim de que prestasse as referidas declarações. Tal depoimento data-se de 06 de maio de 1964, 01 mês e 06 dias depois de presa. Considerando as torturas físicas e psicológicas que a depoente sofreu durante esse período, é possível que tais declarações não expressem a total verdade sobre seus atos e posicionamentos políticos. Ainda, é possível que tais declarações tenham sido forjadas a fim de atender aos interesses de seus acusadores, que buscavam enquadrá-la nos crimes de terrorismo.

Tendo a Reforma Agrária como sua principal bandeira, Maria Celeste Vidal atuou na liderança das Ligas Camponesas, operando enquanto sujeito político de destaque, sempre evidenciando o seu status de professora, que se fazia valer mediante sua eloquência discursiva e capital simbólico adquirido por meio de sua profissão na sociedade vitoriense.

Em documento oficial, à época de cunho confidencial, referente a um pedido de busca de número 0061 do SNI (Serviço Nacional de Informações), do ano de 1975, consta que, durante a prisão da professora no Bom Pastor (Colônia Penal Feminina de Mulheres Delinqüentes), a referida exerceu total liderança sobre as demais prisioneiras, evidenciando, a nosso olhar, que esta continuava a se valer da sua influência discursiva para angariar integrantes para a luta ideológica que se travou durante todo o período compreendido pelo Regime Civil Militar no Brasil.

No entanto, mesmo após sua liberdade em 05 de janeiro de 1967, em consequência de decisão do Supremo Tribunal Federal que desqualificou a pena inicial de reclusão de 06 anos e 03 meses, bem como a anistia política em 1979 que se deu mediante a extensa mobilização popular, lhe fora negado o direito de retomar o exercício de sua profissão. Tal ação nos conduz a reflexão dos motivos que levaram a tal conduta, marcada pela discriminação em relação à professora, uma vez que outros sujeitos, presos políticos ou agentes do estado que promoviam a tortura, puderam retomar os seus referidos cargos sem grandes implicações. Exilada em seu próprio país, Maria Celeste padeceu das mais diversas aflições, que se fizeram mostrar através de seus versos e de seu

legado de mulher guerreira.

4. "SÓ QUERO MEU POVO SEM CATIVEIRO": A ATUAÇÃO DE MARIA CELESTE EM PROL DAS MINORIAS E SUA PRISÃO

Neste capítulo, nos propomos investigar os aspectos políticos e sociais que marcaram o Regime Civil Militar no país, atentando para os artifícios ideológicos empregados neste período. Desta feita, as principais narrativas que marcaram a sua vigência serão analisadas, a fim de que sejamos capazes de perceber as motivações da prisão de Maria Celeste Vidal, bem como a tortura sofrida por ela e demais presos políticos.

Entre 1964 e 1985, período em que se instaurou o Regime Civil Militar no país, a tortura de presos e presas políticas fora uma prática corriqueira, efetuando-se nos porões do DOPS, delegacias e quartéis das mais distintas regiões do país. Vítima dessas ações, Maria Celeste Vidal se defrontou com tais tratamentos em decorrência de sua evidenciada atuação política firmada no município de Vitória de Santo Antão, que ia de encontro aos interesses do Regime vigente. Desta feita, a prática de tortura se apresentava, neste momento, como

[...] espaço da absoluta materialização do estado de exceção e consequente criação de um vácuo em que o ser humano se depara com o poder limite/soberano, aquele que investe, se exerce e se concretiza no direito de decidir sobre a vida e a morte das pessoas (SILVA, 2014, p. 202)

Assim, a tortura física e psicológica se apresentou como um frequente aparato do estado a fim de, ora obter informações que pudessem revelar os desdobramentos da atuação das vítimas e de seus possíveis companheiros e organização e ora causar a dor, evidenciando o caráter de punição que se solidificava naquele momento. No caso da nossa personagem, presa em 10 de abril de 1964, a prática da tortura se efetuou logo durante o seu encaminhamento para a Casa de Detenção do Recife, sendo

[...] conduzida na carroceria de um caminhão aonde foi estuprada varias vezes, entregue no IV Exército, sendo ali torturada, e apresentada a GREGORIO BEZERRA, com chacetes, posteriormente levada a Secretaria de Segurança Pública naquele local teve as partes pudendas queimadas com ponta de cigarro, as coxas perfuradas com agulhas de crochê. Quando fui visitá-la acabava de ser esbofetada por MOACIR SALES quando cheguei,

ela abraçou-me, e ouvi pacientemente as ameaças de MOACIR assacadas contra mim, com ajuda do Desembargador AGAMENON DUARTE, CELESTE foi transferida para a Colônia Penal do Bom Pastor (FERREIRA, s/d, s/p)

O marcante depoimento de sua advogada Mércia de Albuquerque Ferreira nos revela as faces de um Regime que não estão evidenciadas nos documentos oficiais emitidos naquele período. Aqui, nos deparamos com os símbolos de um Regime marcadamente opressor, fundamentado pelo uso da violência para fins de controle e repressão. Ainda, nos mostra que a violência física naquele período se apresentou como prática corriqueira¹⁶, sendo suas vítimas submetidas a tratamentos cruéis que vão desde as humilhações públicas verbais ao estupro e mutilação de suas genitálias, no caso das mulheres presas políticas.

A este respeito Tayana Santos (2017) aponta que “[...] a violência era indiscriminadamente aplicada porque era institucional”, podendo assim atingir limites inimagináveis. É também o caso das agressões sofridas por Gregório Bezerra, líder camponês da Zona da Mata Sul e dirigente do PCB, que fora arrastado pelas ruas do bairro de Casa Forte na cidade do Recife em 02 de abril de 1964. Como revela o depoimento prestado por Mércia de Albuquerque, Maria Celeste teria sido posta na mesma sala em que estava o referido preso político, onde lhe foram proferidas agressões físicas e verbais¹⁷.

Nos chama a atenção a relação de semelhança estabelecida entre o cruel tratamento ofertado pelos militares a estes dois personagens, mesmo em decorrência das diferenças entre os gêneros e carreira tão presentes na história política brasileira. Gregório Bezerra, na condição de homem, fora um importante líder camponês, operário da construção civil, tendo sido eleito deputado pernambucano e filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro) a partir de 1930. Assim, sua trajetória nos revela que este esteve desde cedo envolvido em questões políticas e de insurreição trabalhista, militando pela esquerda, desde os primeiros registros sobre a sua vida pública.

No que diz respeito à formação e atuação política do referido, Maria Celeste tinha grande admiração, o que se evidencia em seu poema intitulado “Um

16 Aqui, nos ancoramos Tayana Santos (2017) ao destacar que durante o referido período “[...] a tortura de presas(os) políticas(os) foi uma prática corriqueira nos porões dos DOPS, delegacias e quartéis, nas diversas regiões do país [...] A tortura foi a principal relação estabelecida entre a mulher, militante política, e a repressão” (2017, p. 125)

17 Para Santos (2017), a prisão destes dois líderes teve duplo sentido: “[...] puni-los pela militância e pela tentativa de resistência a um golpe que era bradado pelos seus executores como um ato conclamado pela população” (p. 130)

poema para Gregório”, um tributo para o militante:

GREGÓRIO. Eu te associo ao rio que nasceu perene, forte, impetuoso, largo, feito braços que se alargam para abraçar o mundo. Eu te imagino feito o São Francisco, rio de vida, de energia e luz fazendo caminhos, semeando adubo pelo Nordeste. Dos teus olhos de céu vi explodir a ira santa vi o teu sangue, teu grito na garganta e me fiz forte diante dos tiranos. Nas tuas mãos de abrigovi fuzis, rosas vermelhas, acendendo fogueiras por nós. Hoje, não vim dizer adeus nem te pedir que voltes, És semente, multiplicação, renasces todo dia, dentro de nós (VIDAL, 1994, s/p).

Já Maria Celeste Vidal, na condição de mulher, mãe e esposa, seguiu a carreira professoral, exercendo a docência em distintas cidades no interior de Pernambuco. Os registros de sua atuação política se evidenciam mais precisamente a partir do momento em que esta toma a Rádio Jurema, em Vitória de Santo Antão para convocar os camponeses a defenderem Miguel Arraes, conseguindo assim, arregimentar algumas centenas destes. No entanto, sua figura é tratada como prejudicial à composição social e a organização da sociedade brasileira, representando assim um risco para a democracia e ficando sujeita às práticas das mais brutais exercidas contra ela, práticas estas que foram institucionalizadas durante o período em vigor. Apesar de trajetórias atuantes diferentes, durante o Regime Civil Militar seus caminhos se encontram e estes são postos em condições de igualdade frente às práticas repressivas.

Enquanto mulher inserida em uma sociedade patriarcal, Maria Celeste Vidal teve seu destino traçado pelas decisões e vontades de homens influentes no período, como é o caso dos seus denunciante. Desta feita, seus algozes, acusadores e aqueles que a restringiram de sua liberdade, não lhe deram a oportunidade de defesa justa, sujeitando-a as mais diversas adversidades, incluindo o fato de que, durante a sua detenção, não pode receber, por muitos meses, a visita de seus filhos, como revelam as declarações prestadas por Paulo Max Vidal, seu filho mais velho:

[...] agora foi uma surpresa que estava havendo uma revolução e eu não me toquei, quando eu vi lá vai mamãe [...] [disse] “meu filho eu vou sair que o Exército esta me procurando”. Eu sei que nesse dia invadiram nossa casa à noite, quebraram as portas. Ela ficou presa aqui, foi torturada na Secretaria de Segurança e depois de muito tempo foi que a gente foi visitar nossa mãe na Casa de Detenção (VIDAL, 2014).

Já no que tange às denúncias realizadas contra ela que serviram como justificativa de sua prisão, trazemos à luz nesta investigação o depoimento prestado por Joaquim Bosco Tenório Medeiros, também morador da cidade de Vitória de Santo Antão, comerciante, solteiro, 33 anos de idade à época e alfabetizado, como enfatiza o relatório contendo sua declaração (MEDEIROS, 1964). O denunciante afirmara que a sociedade local vivenciava verdadeiro constrangimento em decorrência da atuação de Maria Celeste Vidal que atuava junto a agitadores, “[...] pregando em praça pública, a luta de classes, jogando empregados contra patrões, camponeses contra proprietários”.

Nos desdobramentos de seu depoimento, destacamos algumas afirmações que nos forneceram aparatos que possibilitam a compreensão das diversas faces da atuação de Maria Celeste Vidal e os riscos que esta fora acusada de ofertar à segurança do país e à organização social:

[...] que a professora Maria Celeste pregava em público a revolução e, insuflava os camponeses a tomarem a terra; que certa feita houve uma passeata de camponeses nesta cidade, onde eram dadas vivas a Cuba, a Rússia e a revolução brasileira, sempre estando Maria Celeste à frente junto com o agitador LUIZ SERAFIM e outros dirigentes da Liga Camponesa; que quando a Associação Comercial do Recife deliberou à pouco tempo fazer uma greve do comércio, o comércio local ficou solidário e, a professora Maria Celeste com Luis Serafim, ameaçou de invasão às casas comerciais forçando a abertura do comércio e ameaçando até de prisão aos comerciantes (MEDEIROS, 1964, s/p).

O depoimento de Joaquim Medeiros, acima citado, buscava indicar a existência de influências externas nas ações protagonizadas por Maria Celeste Vidal. Indicar que ela “dava vivas a Cuba, a Rússia e a revolução brasileira”, se constituiu como ferramenta discursiva para acusá-la de compactuar e tentar consolidar, no Brasil, os mesmos feitos da Revolução Russa (1917) e da Revolução Cubana, que se deflagrou anos antes, em 1959. Tal acusação teve relevância porque, naquele momento, a política de controle interno se acen- tuava no país, reprimindo quaisquer manifestações que estivessem pautadas nos ideais socialistas, sendo estes sujeitos considerados subversivos.

Uma rápida busca na plataforma Google nos revela que o termo “subversivo” é designado àquele indivíduo que provoca subversão, que tem propósitos subversivos e revolucionários. Tal taxa-ção designava-se aos sujeitos que iam de encontro aos ideais ditos patrióticos estabelecidos à nação. Apontar a ile-

galidade das práticas da indiciada se constituía como uma das ferramentas dos denunciantes a fim de que sua prisão fosse consolidada. Fato que acarreta na conclusão, mediante este depoimento, da participação efetiva da implicada nos atos de subversão.

Não obstante, seu exercício professoral foi posto à prova, o que se constituiu como um reflexo da necessidade de reprimir as ideias que iam de encontro à ordem posta. De acordo com Ramos e Stampa (2016), naquele período sentiu-se a necessidade de esvaziar os discursos políticos e ideológicos, o que “[...] direcionou os olhares da repressão para as instituições escolares, especificamente para a prática docente, desde o ensino primário até o ensino superior”. Acrescentam os autores:

O magistério tornou-se uma profissão que demandava controle institucional, pois se configurava como espaço de circulação e construção de conhecimentos que, por vezes, questionavam a ordem ditatorial. Assim, qualquer sinal de resistência ou crítica docente ao golpe era classificada como atividade subversiva e, consequentemente, culminava em violação de direitos humanos, perseguições, constrangimentos, demissões, desaparecimentos e até mortes (RAMOS & STAMPA, 2016, p. 257).

Tal constatação se faz precisa também porque no relatório policial de 20 de abril de 1964, evidencia-se o Processo de Investigação Sumária contra a professora Celeste, destacando que o Delegado Especial, Galba de Almeida Matos, encarregado do processo, concluiu pela participação efetiva da referida, uma vez que esta atuava com atividades subversivas no município de Vitória de Santo Antão. Acrescenta ainda que

E foi tal o papel desempenhado pela referida professora que o Govêrno do Estado, por proposta do então Secretário Assistente ANTONIO FAUSTINO DO NASCIMENTO, (Doc. nº 02), resolveu afastá-la das suas funções, com todos os seus vencimentos e mais uma gratificação mensal de CR\$ 20.000,000 (vinte mil cruzeiros), com o único objetivo de “TER UMA ASSISTÊNCIA MAIS DIRETA COM O MOVIMENTO DO CAMPO” (Doc. nº 02). A partir de então, MARIA CELESTE, passou a ocupar as manchetes dos jornais ao lado de LUIS SERAFIM, JOÃO VIRGINIO e outros agitadores camponeses, como uma importante figura do dispositivo instalado nesse estado (MATOS, 1964, s/p).

Após a conclusão das diligências contra a professora, o referido delegado

sugeriu que fosse decretada a custódia preventiva da implicada. Tais acusações residiam na justificativa de que esta teria violado os artigos 9º, 11º, letras a e b, 12º e 15º da Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953. Deste modo, o Processo de Investigação direcionado à professora Celeste, tinha como um dos seus objetivos apurar os desdobramentos de sua atuação política a fim de perceber se esta feria as normas morais, sociais e de cunho legislativo presentes na referida Lei, que visava identificar e punir os crimes contra o Estado. A já citada lei estabelecia:

Art. 9º Reorganizar ou tentar reorganizar, de fato ou de direito, pondo logo em funcionamento efetivo, ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por força de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso. Art. 11. Fazer publicamente propaganda: a) de processos violentos para a subversão da ordem política ou social; b) de ódio de raça, de religião ou de classe; c) de guerra; Art. 12. Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência. Art. 15. Incitar publicamente ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos políticos, sociais ou religiosos. (BRASIL, 1953)

Tais crimes, caracterizados na ordem de atentados ao governo em vigor, tinham sua pena variantes entre 02 e 05 anos de prisão. Sendo a professora Celeste enquadrada nestes crimes, respondeu judicialmente acerca de sua atuação política, sob a acusação de estar em contato com os movimentos internacionais, inclusive as guerrilhas, fato que se observa em suas constantes tentativas, em seus depoimentos, de se afastar destes movimentos e de qualquer outro desta ordem, em face de preservar sua integridade.

Ademais, se seus depoimentos enquanto esteve restrita de sua liberdade nos servem como fonte rica de análise nesta investigação, seus poemas escritos antes e depois de sua prisão também se apresentam como fundamentais para entendermos quem foi e o que defendia esta importante personagem, uma vez que seus versos nascem das situações reais, insuportáveis, injustas. Em seu livro “Metade Sol, Metade Sombra”, a autora evidencia, em marcantes poemas, a necessidade de sentir-se livre, enquanto mulher, em seu próprio corpo, assumindo as diretrizes de sua vida.

ABELHA OPERÁRIA. Às mulheres que se organizam. Sim, eu sou uma mulher liberada, e daí? Se me perguntas, no entanto, és livre? Eu te respondo, nem tanto. Ouço esse grito perto e distante, esse soluçar constante a ecoar no mundo. Vejo tanto olhar perdido, corpos sofridos a estender as mãos. A liberdade não é no

singular, é a soma de tudo, de todos. É plural, a começar assim: por mim, por ti, por nós. Liberada eu sou, mas não foi fácil, nem vai ser facilmente conquistada a libertação da mulher. Eu consegui, mas não sou nada especial, nem coisa rara, nem iluminada, só sou muito diferenciada de você, mulher passiva, acomodada, conscientemente, ou não, explorada, esperando, ou não, acontecer (VIDAL, 1994, s/p).

Tais versos remontam à necessidade, aos olhos de Maria Celeste, da obtenção da liberdade da mulher em distintos espaços sociais. Nesta seara, é preciso que compreendamos o que se considerava ser uma “mulher liberada” naquele período e a importância desta “liberação” para a emancipação feminina. Liberdade seria andar livremente pelas ruas? Atuar politicamente sem julgamentos? Ocupar cargos públicos onde a presença masculina era majoritária? Apoiar quaisquer organizações que lhe conviessem?

À margem de nossas interpretações, a poetisa considera que, apesar de ser liberada, não tem a total liberdade de seus atos. Tal afirmação se acentua ao nos debruçarmos em seu depoimento em 01 de agosto de 1964, quando esta afirma que antes de candidatar-se à vereadora do município de Vitória de Santo Antão, teve que conseguir a autorização do seu esposo (BASTOS, 1964 apud FONSÊCA, 1964). Tal afirmação nos revela que, mesmo sendo a referida professora, uma mulher atuante politicamente, ainda se via presa por amarras próprias de uma sociedade patriarcal, defendendo ainda que em uma sociedade onde não haja liberdade para todas as mulheres, a liberdade de fato não existe.

ABELHA OPERÁRIA. [...] eu, ao invés de me limitar a ver, quis olhar, em vez de só poder ouvir resolvi falar, em vez de só poder tocar, resolvi sentir profundamente, em vez de ter meu corpo indisposto, mas pronto para uso, me fiz dona de mim, e este abuso não vai mais acontecer. Brindes à mulher “Santa-mãe”, “esposafiel”, “dona-de-casa-exemplar” [...] sempre foram erguidos em taças de fel. Me fiz abelha operária, fabrico meu mel com o suor do meu corpo e calos nas mãos. Me desmontei, me desfabriquei. Juntei meus pedaços de ferro e aço e joguei-os no lixo, deixei de ser robô. Nas dores que não são iguais, me refiz mulher, e como foi difícil erguer a mão e mais difícil ainda ensinar minha boca, a palavra não! (VIDAL, 1994, s/p)

Nos referidos versos, a autora expressa notória preocupação com o tratamento direcionado às mulheres que ousam ser livres. Não há demérito em

ser uma “santa- mãe”, “esposa-fiel” ou “dona-de-casa-exemplar”, mas, limitar a atuação da mulher à estes três núcleos (maternidade, casamento e vida doméstica), acarreta na desvalorização social das mulheres que buscam ocupar outros espaços na vida pública e laboral. Outra problemática, expressa nestes versos, consiste na utilização do corpo da mulher para os desígnios que convêm à masculinidade.

Neste sentido, apesar das limitações e dificuldades em “erguer as mãos” e se “refazer mulher”, tais ações são possíveis e necessárias. Se refazer no sentido de entender a necessidade de se colocar em determinados espaços e situações, de “dizer não” quando lhe parece o momento e de se inserir nos mais variados espaços. Dificuldades enfrentadas e, em partes, superadas por Maria Celeste no século XX, mas que se apresentam no cotidiano de distintas mulheres, frutos do século XIX. Desta feita, a autora conclui:

ABELHA OPERÁRIA. [...] os alienados do Sistema Capitalista dizem que isso é contra o homem, o homem é nosso irmão, amigo, marido, amante, companheiro; o seu dinheiro ajuda? Ajuda nosso pão. É ajuda comunhão. O que eu fiz? Foi queimar, rasgar dogmas, tabus e preconceitos, exigir direitos, passar por cima da discriminação que diz: homem é homem, mulher é mulher, e que o homem tudo pode sacodem sobre nós a honra e a moral falsa que nos impõe os hipócritas cristãos. Não! Dividi tudo em partes iguais: tudo que o homem faz a mulher é dignamente capaz! (VIDAL, 1994, s/p)

Tais versos se apresentam como fundamentais para compreendermos as configurações políticas e de gênero naquele período. Em um primeiro momento, aponta para a existência de discursos e ações que indicam que o ato de libertação da mulher se apresenta como uma afronta ao homem. Homem este que sempre se apresenta como o provedor, seja na condição de irmão, amigo, marido, amante ou companheiro. Tal provisão se dá tanto no sentido financeiro, do homem que sustenta a sua família por meio do seu trabalho, como da provisão intelectual, sendo a figura masculina a responsável por orientar a mulher em seus posicionamentos e colocações.

No que concerne às configurações políticas, é importante destacar que a menção ao sistema capitalista se dá devido à valorização, neste sistema, do trabalho e da mão de obra que provém do homem e que limita a mulher à sua atuação doméstica. Por certo, se fazer “abelha operária”, que produz seu próprio mel, é um ato de emancipação deste sistema. Maria Celeste Vidal, mulher de seu próprio tempo, rasga dogmas, tabus e preconceitos e exige direitos, descobrindo neste processo que tudo que o homem faz a mulher é dignamen-

te capaz, nos permitindo, anos depois, estudar a sua história e atuação sob a sua própria ótica e modo de ver o mundo, estes forjado em suas experiências vividas e pretendidas como suporia Thompson para quem

(...) a experiência é exatamente o que constitui a articulação entre o cultural e o não cultural, a metade dentro do ser social, a metade dentro da consciência social. Talvez pudéssemos chamá-las de experiência I - A experiência vivida – e experiência II – a experiência percebida (THOMPSON, 1984, p. 189)

Ademais, dentre os depoimentos de acusação que retratam a proximidade entre Maria Celeste e Francisco Julião, situamos o da testemunha Severino Henrique Pessoa de Vasconcelos, datado de 30 de julho de 1964 e o de João Francisco da Silva, prestado em 14 de maio de 1964. Natural de Vitória de Santo Antão, o Sr. Severino de Vasconcelos é definido pelo documento como “[...] observador imparcial dos fatos políticos e sociais”. Tal apontamento de que o observador é imparcial aos acontecimentos, dá-se no sentido de legitimar o discurso do denunciante, indicando que este não se beneficiaria com os resultados dos inquéritos policiais, o que pode por nós ser questionado.

O denunciante afirmou que “[...] lideravam aqui a agitação de Luís Serafim dos Santos, Maria Celeste Vidal Bastos, João Virgínio da Silva, entre outros, integrantes aqui das chamadas Ligas Camponesas, fundadas pelo ex parlamentar Francisco Julião” (VASCONCELOS, 1964, apud FONSÊCA, 1994). Para João Francisco da Silva, caracterizado como “[...] observador constante dos problemas políticos e sociais da sua terra”, a partir do governo de Miguel Arraes,

[...] o ambiente aqui era de agitação e de greves que se seguiam como uma constante, isso levado a efeito pelas Ligas Camponesas chefiadas pela professora Maria Celeste Vidal [...] endeusando o ex governador Miguel Arraes, dando vivas a Cuba, a Rússia e a Francisco Julião (SILVA, 1964, apud FONSÊCA, 1994).

Importante figura do período, o advogado e deputado estadual Francisco Julião, entendia a organização dos trabalhadores rurais como fundamental para os movimentos de resistência popular e para a obtenção do direito à terra produtiva. Para tal, esteve envolvido nas manifestações populares, fazendo parte “[...] inicialmente de um grupo de políticos e profissionais liberais que se constitui com vistas a oferecer respaldo legal à organização dos camponeses em Pernambuco” (MOTTA & ESTEVES, 2006).

Ainda, em decorrência da sua “[...] projeção e empenho na defesa dos tra-

balhadores rurais, fato que ficava explicitado, não apenas nas lutas travadas nos tribunais, como [...] na postura com lidava com todos aqueles que recorriam a sua intervenção” (MOTTA & ESTEVES, 2006), tornou-se bastante conhecido e querido pelos camponeses pernambucanos. E em decorrência deste grande destaque no período, tornou-se importante alvo na mira do Regime Civil Militar. Desta feita, associar a figura de Maria Celeste a Francisco Julião se constituiu como uma das justificativas para a sua prisão, visto que este era considerado como um agitador que ia de encontro aos interesses dos proprietários locais, incendiando os debates sobre a Reforma Agrária. A fotografia a seguir, anexada ao depoimento prestado por Maria Celeste, tem por objetivo apontar a proximidade estabelecida entre esses dois sujeitos, como demonstra a sua descrição:



Fotografia que acompanha depoimento prestado por Maria Celeste Vidal, com a seguinte descrição: “foto tirada em um dos comícios realizados naquela cidade, onde se vê professora Maria Celeste toda eufórica ao lado do ex-deputado Francisco Julião, conhecido agitador da classe camponesa”

Ademais, atentamos para a tentativa do depoente Joaquim Medeiros em associar a atuação de Maria Celeste aos grupos guerrilheiros internacionais, uma vez que, segundo ele, ela atuava em passeatas dando “[...]vivas a Cuba, a Rússia e a revolução brasileira”, estando sempre à frente destes movimentos. Desta forma, esta representaria um risco à segurança interna do país, contribuindo para tornar a nação brasileira solo propício para a implantação de regimes socialistas. Como resposta a tais acusações, Maria Celeste afirma em seus depoimentos não ter conhecimento de quaisquer ações, promovidas pe-

las Ligas Camponesas, que tivessem relação com as guerrilhas internacionais. Ademais, evidencia que sua atuação estava voltada para os problemas locais, sobretudo no que diz respeito às questões trabalhistas e no âmbito educacional (MEDEIROS, 1964).

Neste sentido, o depoimento de Joaquim Medeiros parece-nos estar condicionado a acusações que perpassavam pelo imaginário, qual seja o de, por estarem os camponeses portando foices, estrovengas e peixeiras, estariam estes se preparando para atuar junto às guerrilhas, desconsiderando, portanto, que estes instrumentos faziam parte de seus materiais de trabalho diário. Outro aspecto deste depoimento que merece ser analisado com cautela diz respeito à noção de que a organização trabalhista tinha por objetivo jogar “[...] empregados contra patrões, camponeses contra proprietários” (MEDEIROS, 1964).

O depoente buscou evidenciar que Maria Celeste estabelecia relações com potências internacionais, como a Rússia e a Alemanha. Em seus depoimentos, Celeste negou as acusações, afirmando não possuir nenhum conhecimento acerca das ações de solidariedade internacional. Entretanto, após a sua prisão, a professora recebeu uma homenagem do grupo alemão Dortmund Überrascht, dirigido à época pelo professor Gerhard Niemoller, que após tomar conhecimento da prisão política de Maria Celeste, reuniu-se com seus alunos para apoiar financeiramente a professora. Acerca desse episódio, Murilo Vidal relembra que

Na época que mamãe tava recém saída da prisão, eles simpatizavam e mandavam uma ajuda em moeda alemã que era convertida no banco [...] Não era, obviamente para dar uma boa vida ou coisa assim mas, com certeza era uma ajuda. Era uma contribuição dos alunos que era encabeçada pelo Doutor Gerhard Niemoller e uns figurões lá da Alemanha da Anistia Internacional (VIDAL, 2020)

A partir do depoimento de Joaquim Medeiros, evidenciamos seu local de fala e status, visto que este pertencia a classe dos comerciantes e que em nada lhe seria benéfico a organização dos trabalhadores na luta por seus direitos. A formação de um sindicato que tivesse por finalidade o respaldo trabalhista em eventuais necessidades das quais viessem padecer e, ainda, o direito à greve por parte destes a fim de que suas reivindicações fossem atendidas, eram motivos para que este se posicionasse contra, de modo a fazer parecer que o que, de fato Maria Celeste propunha era a rebeldia dos trabalhadores.

Em um momento político democrático e de plena garantia dos direitos individuais e coletivos, as ações promovidas por Maria Celeste Vidal em prol

dos trabalhadores rurais estariam garantidas pela lei, por estarem ancoradas no Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), denominação dada à Lei 4.214, promulgada em 02 de março de 1963¹⁸. O referido Estatuto estabelecia quatro importantes normas: disciplinava as relações entre trabalhadores e empregadores rurais, criava formas de exercício e de defesa dos direitos subjetivos perante o Poder Judiciário, organizava os sindicatos representativos das categorias profissionais e econômicas, bem como as relações coletivas entre os sindicatos e, por fim, introduzia um sistema amplo de Previdência Social em proveito dos camponeses (RUSSOMANO, 1966).

No que concerne à construção de sindicatos no meio rural, ao longo do século XX, algumas foram as tentativas de consolidação desta iniciativa. Em 1903, com o Decreto nº 979, nos deparamos com a primeira lei relativa à organização do trabalho no meio rural, que estabelecia normas para a criação de sindicatos agrícolas mistos que deveriam englobar empregados e empregadores. Já em 1907, com o Decreto nº 6.532, a criação dos sindicatos agrícolas e sua organização poderia se efetuar sem a autorização do governo. No entanto, nenhum destes dois decretos recebeu seguimento prático.

Neste sentido, é somente na década de 1940 que os trabalhadores da agricultura passam a ser contemplados com as primeiras leis, graças à atuação de personagens como Maria Celeste Vidal, que se valeu de sua influência local entre os trabalhadores rurais para lutar em prol desta classe. Abaixo, quadro que representa os acontecimentos políticos, a partir de 1931, que possibilitaram a consolidação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963.

18 De acordo com Iara Pacheco, o Estatuto do Trabalhador Rural se “[...] dirigia a todos os trabalhadores rurais, e não apenas aos empregados rurais, tanto que o art. 2º sequer estabelecia o requisito da subordinação. Fazia referência, inclusive, aos trabalhadores” avulsos ou volantes” (art. 6º), afastando apenas as relações do “pequeno proprietário com os membros de sua família” (art. 180).

Quadro III: Relação das Leis, Decretos e Estatutos
voltados para o campo entre 1941 e 1963

ANO	ACONTECIMENTOS
1941 - Estatuto da Lavoura Canavieira	Pretendia garantir moradia e assistência médica aos trabalhadores das grandes usinas e garantir certo apoio legal aos pequenos produtores.
1944 – Decreto/Lei nº 7.038	Dispunha sobre a organização de sindicatos de trabalhadores e de patrões rurais, seguindo o modelo já existente na indústria e no comércio.
1951	Extensão das leis sociais no campo juntamente com a discussão sobre a Reforma Agrária. Incentivo à criação de sindicatos rurais.
1954	Proposta de estabilidade do trabalhador rural: limitação da jornada de trabalho, proteção à mulher e ao menor, filiação do trabalhador ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB).
1955	Criação das Ligas Camponesas em Pernambuco
1956 – 1961	Iniciativa das reformas no meio rural pelo Congresso, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Tentativas de aprovação de projetos relativos à introdução da legislação trabalhista e previdenciária no campo.
1961 – 1964	O poder executivo retoma a tarefa de promover a transformação social no campo. O presidente João Goulart propõe as reformas de base, com ênfase na reforma agrária.
1963 – Lei nº 4.214	Estatuto do Trabalhador Rural

Quadro produzido com dados coletados a partir do verbete “Estatuto do Trabalhador Rural” produzido pela Fundação Getúlio Vargas em 2009.¹⁹

Neste sentido, a consolidação do Estatuto do Trabalhador Rural representava um importante ganho para os trabalhadores rurais, uma vez que tinha como uma de suas propostas, equiparar os seus direitos trabalhistas no mesmo patamar que os trabalhadores urbanos. No entanto, na zona rural pernambucana, tais determinações impostas pelo ETR não vinham se cumprindo, indicando que os esforços de Maria Celeste Vidal, por exemplo, se davam no sentido de garantir respaldo legal aos trabalhadores rurais, a fim de que

estes tomassem conhecimento dos seus direitos, agindo assim, dentro da legalidade jurídica.

Deste modo, percebe-se a fundamental atuação do historiador no sentido de considerar na narrativa historiográfica, discussões que versem sobre a atuação de sujeitos como Maria Celeste Vidal, a fim de que seja possível compreender, mediante a análise das fontes e sob preciso rigor teórico e metodológico, os acontecimentos sociais e políticos que compunham aquele momento e as diversas faces dos discursos que circulavam a época. Discursos estes que se constituíram como justificativas para que a prisão desta mulher fosse justificada, ficando assim sujeita à prática da tortura e cerceada de sua liberdade de expressão, atuação e circulação.

Sobre o papel e atuação do historiador enquanto responsável por lançar luz aos acontecimentos vividos por gerações passadas, Barreto (2018) destaca que

[...] a tarefa do historiador é a de elucidar os processos do evento histórico, considerando seus princípios e suas tendências; e principalmente o fato de que não há “uma verdade”, e que a lógica histórica pressupõe um conhecimento em desenvolvimento (BARRETO, 2018, p. 311)

A este respeito, ponderamos que os documentos oficiais utilizados nesta produção, a saber: os testemunhos, depoimentos, denúncias, confissões, relatórios policiais e demais documentos, estão passíveis de interpretações que vão além do que está expresso nas muitas linhas dos processos de Investigação Sumária contra Maria Celeste Vidal. Atentar para o fato de que “não há uma verdade” nos condiciona a procedimentos de análises que permitem contemplar os interesses ocultos por trás do que se revela oficialmente por estas investigações. Isto porque também levamos em consideração o fato de que a própria prática de tortura e coação deslegitima o que fora “confessado” pelas vítimas desse tratamento.

No caso de Celeste Vidal, tal aspecto se evidencia em um depoimento prestado por ela em 02 de abril de 1964 na Delegacia Auxiliar da cidade do Recife. A indiciada afirmou que sua participação no sindicato se deu quando

[...] por ocasião da fundação do Sindicato Rural de Vitória de Santo Antão, onde tem sua residência, a convite do Padre Monteiro, pároco do município, ou melhor da Igreja Matriz, por ocasião de uma missa celebrada, passou a fazer parte do aludido Sindicato; que a depoente conseguiu o prédio onde funciona a Sociedade Amor e Trabalho, onde passou a se verificar as reuniões; que esse sindicato tinha por finalidade reivindicar os direitos dos traba-

No entanto, por ser seu primeiro depoimento após a prisão e levando-se em consideração todas as torturas e ameaças empregadas contra ela no momento de sua prisão e durante o seu encaminhamento para a delegacia, nos cabe refletir acerca da veracidade das informações fornecidas por esta que, com certeza, temia pela sua vida e dos seus companheiros de luta, bem como de seus familiares. Ainda o que nos chama a atenção são as observações constantes ao fim deste depoimento, sendo destacada a afirmação de que “[...] todas as declarações foram feitas pela declarante sem constrangimentos ou coação, procurando colaborar com o atual governo, para o esclarecimento dos fatos que vinham verificando e que a declarante deles participou” (BASTOS, 1964, p. 06 apud COSTA, 1964, p. 06).

É evidente que tal justificativa não se faria necessária se a manutenção da integridade moral e física dos(as) presos(as) políticos(as) fosse de fato assegurada, e a tortura não fosse usada como prática coercitiva amparada pelo Estado brasileiro durante o Regime Civil Militar. A urgência de se indicar o não violamento dos direitos humanos nos parece ser fruto da tentativa de defender a legalidade do Regime, ao passo em que os abusos físicos e morais são utilizados no intuito de obter informações sobre as possíveis ramificações da organização política de esquerda. Foi justamente em defesa de pessoas com tais históricos que lutaram vários advogados de defesa a exemplo dos advogados Mércia de Albuquerque e Antonio Modesto da Silveira.

De modo que, o uso da coação, vale ressaltar, não apenas as físicas, mas também as psicológicas, para obter declarações das vítimas, invalidam quaisquer depoimentos prestados por estes, não sendo as informações obtidas reveladoras da verdade. No entanto, tal depoimento e relatório, quando somados e comparados a outros, nos servem como fonte de análise para compreensão do período estudado e da trajetória. Da importante personalidade escolhida para esta investigação, afinal como diria o jurista e filósofo Tobias Barreto (2012), “não se pode negar o poder das circunstâncias”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como evidenciado ao longo desta discussão, os referenciais teóricos e a bibliografia são fundamentais para a consolidação do que fora defendido por nós nesta produção a partir das problemáticas elencadas. Nos amparamos em diversos e importantes autores que, a partir de suas perspectivas e questionamentos, vêm se consolidando no campo historiográfico enquanto referenciais

para novas pesquisas que vêm sendo produzidas, como é o caso deste trabalho.

No que concerne ao uso da biografia enquanto modelo de produção, nos amparamos em Alexandre Avelar (2010), quando este avalia as possibilidades, os limites e as tensões desse tipo de escrita. Para o autor, a biografia poder ser estudada por dois vieses – a biografia representativa e o estudo de caso. No primeiro caso, o indivíduo, enquanto objeto de estudo, não é estudado por ele mesmo, mas, por “sintetizar outras vidas”, servindo de ponte para marcos mais amplos. No estudo de caso, o papel da escrita biográfica apresenta-se ainda mais restrito, uma vez que o indivíduo pode tão somente refletir uma construção social que lhe ultrapassa: “ele é o exemplo, não o problema”.

Tal problemática surge devido à limitação sentida na própria escrita, onde o personagem – alvo da investigação – vê-se afastado frente à necessidade de construção e escrita de uma história social onde a sua vida e trajetória representam apenas elementos pertencentes a um complexo maior e não ele próprio tido como fonte de pesquisa. Neste sentido, evidenciamos que Maria Celeste Vidal se apresenta, neste estudo, enquanto um referencial para compreendermos o cenário brasileiro antes e durante o Regime Civil Militar.

É importante salientar que este estudo não se restringe à escrita biográfica, sendo seu objetivo central o de compreender, a partir da trajetória individual de Maria Celeste Vidal, tal qual nos permite a biografia representativa, os desafios e possibilidades enfrentados pelas mulheres comuns na segunda metade do século XX.

Como visto, em Vitória de Santo Antão, a professora Maria Celeste Vidal se revelou como verdadeira protagonista dos acontecimentos políticos. Atuou na organização sindical dos trabalhadores, militou em defesa da reforma agrária, reivindicou o aumento salarial dos trabalhadores rurais, discursou em grandes palanques, escreveu belos poemas e participou, ora ativa, ora minimamente, na criação de seus três filhos. Todos os seus feitos, dentro de uma sociedade patriarcal e fundiária, tiveram grande repercussão, colocando em risco sua vida e carreira, bem como o bem-estar físico e psicológico dos seus. Diante de tudo, não se abalou. Sua história evidencia que as mulheres, ao longo da história, tiveram papel decisivo em sua construção, mesmo que tivessem sua narrativa negligenciada.

Para Michele Perrot (1998), o estudo da história das mulheres contribui para a reavaliação do seu poder nas diferentes sociedades, uma vez que revelam que estas atuam nos bastidores da história enquanto mães, filhas, esposas, mas também enquanto articuladoras das decisões políticas. Nesta perspectiva, estudar a trajetória de Maria Celeste e suas distintas caracterizações

(mãe, mulher, professora, militante, poetisa) se constitui como caminho para compreensão de diversos aspectos que foram marcas do século XX: as disparidades entre os gêneros, as dificuldades de consolidação de um ensino público, a repressão institucionalizada, as relações de poder, as práticas coercitivas do regime civil militar, dentre outros aspectos.

No entanto, no que diz respeito à consolidação de estudos historiográficos, ainda são poucas as produções realizadas que contemplem o protagonismo ou mesmo a atuação feminina. Desta feita, as perspectivas adotadas pelos estudos de Edward P. Thompson, no modelo da “história vista de baixo” se apresentam como elementares para uma classe de mulheres que se constituem os pilares das diferentes sociedades, mas, que pouco se sabe a respeito de sua trajetória.

Sobretudo no que diz respeito ao estudo de momentos políticos de crise, como no caso do Regime Civil Militar no Brasil, a atuação das mulheres é pouco evidenciada, sendo atribuído aos homens o mérito pelas grandes mudanças sociais ocorridas, o que faz deste tipo de produção uma contribuição para que as trajetórias de tantas outras mulheres sejam estudadas. Para Cris-tina Wolff (2012),

As armas e a guerra têm sido associadas à masculinidade. É como se a violência fosse uma exclusividade masculina, uma forma de “provar que é homem”, é como se as armas só pudessem ser usadas por homens. A participação direta de mulheres em lutas violentas é geralmente esquecida, dificilmente reconhecida. Entretanto, apesar disso, de alguma maneira, as mulheres sempre estiveram envolvidas em guerras, revoltas e guerrilhas. E muitas vezes pegaram em armas (WOLFF, 2012, p. 423)

De acordo com a Perrot (2007), no século XX, os espaços públicos excluía as mulheres a partir do momento em que se formula a noção de que os homens têm vocação natural para o espaço público e coletivo enquanto ao sexo oposto reserva-se o âmbito privado e doméstico. No entanto, sendo tais fronteiras variáveis, o lugar da mulher “[...] é extremo quase delirante no imaginário público e privado, seja no nível político, religioso ou poético” (PERROT, 2007, p. 182). Deste modo, a partir das interpretações de Perrot, podemos entender a figura da professora Celeste enquanto pertencente a uma sociedade em que o papel da mulher vinha sendo construído pautado nas impressões masculinas do período, ou seja: a mulher, apesar de protagonizar grandes feitos, tinha os rumos de sua história definidos pelo sexo oposto - aqueles que ditam os rumos da sociedade e até pouco tempo atrás da História.

É fato também que a própria perspectiva de escrita da história das mulhe-

res se modifica ao longo do tempo, uma vez que

Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais (PERROT, 2019, p. 15 – 16)

Neste sentido, tais mudanças nos permitem estudar a vida de Maria Celeste a partir dos múltiplos papéis desempenhados por ela, que rompe as limitações do âmbito doméstico para apresentar-se como uma mulher que conquista o espaço público, seja em sua atuação docente ou em sua vida política. Desta feita, apesar das limitações e imposições do período, sua trajetória nos revela que a mulher rompe com os padrões estabelecidos pela sociedade, atuando de modo astucioso, protagonizando acontecimentos que contribuíram e contribuem para os rumos da sociedade. É o caso da tomada da Rádio Jurema na tarde de 01 de abril de 1964 pela professora a fim de convocar os camponeses à resistência ao golpe que se instaurava no país.

O chamado feito pelos líderes das Ligas Camponesas sob o comando de Maria Celeste conclamava que os camponeses se dirigissem ao Engenho Bento Velho, onde receberiam instruções para a resistência. Atendendo ao seu chamado, cerca de mil camponeses ocuparam a cidade a espera das armas para seguirem em marcha ao Recife. Tal acontecimento fora tão marcante para a história de luta e resistência dos pernambucanos durante o Golpe de 1964 que diversos veículos de comunicação divulgaram este episódio no momento em que aconteceu e tempos depois. É o caso da reportagem do jornal Estado de S. Paulo, de março de 2014, que narra a agitação que se deu no campo no período:

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - A professora foi para a rua liderar o levante contra o golpe. Os trabalhadores da estrada de ferro cruzaram os braços. O telegrafista disse para os primeiros soldados das carabinas nas mãos que não tinha condições de mandar mensagens. O delegado não aceitou as ordens do Exército. Diante da agitação, o comércio fechou as portas. A rádio AM foi tomada por defensores do presidente João Goulart e, pelo microfone, conclamou os ouvintes a resistir. O sindicalista resistiu e

foi fuzilado num canavial. O corpo dele virou repasto de aves de rapina. Os militares forjaram um suicídio que indignou a família (O ESTADO DE S. PAULO, 2014).

Deste modo, ao nos depararmos com o já citado trecho de uma matéria do Estadão²⁰, intitulada “A resistência de uma pequena cidade de Pernambuco”, nos defrontamos com indícios da marcante atuação de Maria Celeste Vidal e de outros indivíduos que, tidos à sua época como pessoas comuns, se revelaram como atores sociais de grande importância para composição da resistência ao momento político vivido pelo país em pleno ano de 1964.

A ação de tomada da rádio por Celeste nos revela que o silêncio das mulheres vem sendo rompido. Silêncio este que pode ser entendido a partir de três perspectivas: o silêncio temporal e social, que diz respeito às limitações de seu próprio tempo, o silêncio das fontes e dos relatos, que privilegia a atuação masculina quando se trata da ocupação do espaço público e, por fim, o silêncio dos historiadores, que acaba por legitimar todas as mordanças impostas às mulheres quando este não se preocupa em escrever uma história que contemple as experiências destas, atribuindo-as um caráter quase de dormência frente aos acontecimentos políticos e sociais.

A este respeito, respaldamos que o fazer historiográfico tem por função atentar para estes sujeitos, viabilizando a construção de uma história que os contemple, uma vez que, como pontua Barreto (2018), “Mesmo privilegiando as pessoas simples, não se pode dissociar as suas vidas da estrutura social e do poder social, sob o risco de fragmentação da escrita da história” (BARRETO, 2018, p. 316). Ainda como evidencia Eric Hobsbawm (2013), o historiador - tendo em seu discurso o poder de reafirmar os valores do passado para o presente -, deve atentar para os sentidos que este adquire mediante o uso da memória.

Nesta seara, ponderamos nesta discussão a necessidade do historiador de selecionar eventos do passado que tenham por objetivo construir discussões simbólicas que viabilizem o debate sobre aspectos da sociedade contemporânea mediante a realização da crítica ao passado, sobretudo em casos onde o passado se encontra “mal resolvido”, como é o caso do período estudado. No caso de Maria Celeste Vidal, tomar a sua trajetória como objeto de investigação, nos revela a predominância na década de 1960 de configurações políticas de caráter repressivo e nos deixa um alerta acerca da fragilidade das instâncias

20 Oficializado como “O Estado de S. Paulo”, o Estadão, como também se faz conhecido, é um importante jornal brasileiro publicado na cidade de São Paulo desde 1875, compondo o grupo dos jornais mais populares do Brasil.

democráticas na contemporaneidade.

Neste sentido, sua atuação política revela marcas de um período conflituoso na história do país. Esta mulher, como tantas outras, lutou em prol das reivindicações dos trabalhadores rurais, classe bastante esquecida no que concerne à efetivação de políticas públicas. Isto quer dizer que ela influenciou, direta ou indiretamente, na vida de milhares de camponeses, nos revelando a necessidade de evidenciar a sua trajetória, a qual contempla a sua imagem de mulher guerreira, que enquanto professora e militante bradou em defesa das minorias.

Preso pelo crime de subversão e sem ter o direito de defender-se justamente frente às acusações de homens que representavam a elite local, foi entregue às amarras de um regime que teve a repressão e a tortura como seus principais aparatos. É fato que, no período, quando se tratava de acusar uma mulher e dela retirar seus direitos, o Estado brasileiro não se omitia. As mulheres, que antes pouco eram vistas e que pouco se falavam delas, passam a ocupar o espaço público como símbolo daquilo que não deveria existir. Como evidencia Michele Perrot (2019), “É preciso ser piedosa ou escandalosa para existir”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU E LIMA, Maria Socorro de. Construindo o sindicalismo rural: Lutas, Partidos, Projetos. Recife: Editora Universitária da UFPE/Editora Oito de Março: 2005.

ADVÍNCULA, Charya C. B. ANANIAS, Mauricéia. Educação em Princesa Isabel/PB: Perspectivas contraditórias de construção de um sistema de escolarização pública (1920 – 1945). Espírito Santo: VI Congresso Brasileiro de História da Educação, 2011.

ANDREOTTI, Azilde L. A administração escolar na Era Vargas e no Nacional- Desenvolvimentismo (1930-1964). Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p. 102-123, 2006.

ARAGÃO, José. História da vitória de santo Antônio (1843 – 1982) – II. Recife, v. 3, FIAM/Centro de Estudos da História Municipal: 1983.

ÁVILA, Virgínia P. da S.; SILVA, Rosa S. M. da; ROCHA, Cícera, M. P. Memórias de professoras de escolas rurais em Juazeiro – BA e Petrolina – PE (1950 – 1970). Revista COCAR, Belém, V.12. N.24, p. 501 a 523 – Jul./Dez. 2018

AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. *Revista Dimensões*, v. 24, p. 157-172, 2010.

AZEVEDO, Crislane Barbosa; STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Teoria historiográfica e prática pedagógica: as correntes de pensamento que influenciaram o ensino de história no Brasil. *Antíteses*, v. 3, n. 6, p. 703-728, 2010.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. *cadernospagu*, n. 27, p. 213-254, 2006.

BARRETO, Florianita de O. Termo de declarações prestado por Florianita Barreto de Oliveira. In: FONSÊCA, Waldeci S. *Acervo do DOPS/PE*, Recife: APEJE, 1964.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. A educação em nível primário da professora Isabel Doraci Cardoso (1940-1944): uma história da educação vista de baixo. *Cadernos de História da Educação*, v. 17, n. 2, p. 309-327, 2018.

BASTOS, Maria C. V. Termo de declarações que presta a indiciada Maria Celeste Vidal Bastos. In: FONSÊCA, Waldeci S. *Acervo do DOPS/PE*, Recife: APEJE, 1964. P. 01 – 06.

BASTOS, Maria C. V. Termo de declarações que presta MARIA CELESTE VIDAL BASTOS. ACUSADA. In: AZEVEDO, Gil T. de. *Acervo do DOPS/PE*, Recife: APEJE, 1964.

BASTOS, Maria C. V. Termo de declarações que presta MARIA CELESTE VIDAL BASTOS. In: COSTA, Álvares G. da. *Acervo do DOPS/PE*, Recife: APEJE, 1964. P. 01 – 06.

BASTOS, Maria Helena Camara. A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: o “Curso normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando (1839)”. *Revista História da Educação*, v. 2, n. 3, p. 95-119, 1998.

BESSE, Susan Kent; DE OLIVEIRA, Lólio Lourenço. *Modernizando a desigualdade:*

reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Edusp, 1999.

BERTUCCI, Liane; FARIA FILHO, Luciano; TABORDA, Marcus. *Edward Thompson: história e formação*. Belo Horizonte:

UFMG, 2010.

BLOCH, Marc. Apologia da história ou o ofício do historiador. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Coleção de Leis do Império do Brasil, Página 71 Vol. 1 pt. I, 1827.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946.

BRASIL. Decreto nº 4.958 de 14 de novembro de 1942. Institue o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946. Lei Orgânica do Ensino Normal.

BRASIL. Lei nº 1.802. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. Promulgada em 05 de janeiro de 1953.

BRAYNER, Flávio. Discurso, Mito, Governo Popular. v. 12, n. 112, Recife: Tópicos Educacionais, p. 131 – 137, 1994

CABRAL, Maria das N. Ato nº 3826 de 2 e 7 de 1964. 1º Secção da Secretaria do Interior e Justiça. Acervo do DOPS/PE, Recife: APEJE, 1964.

CONCEIÇÃO, Joaquim T. SOUZA, Josefa Eliana. FREITAS, Anamaria G. B de.

Entre trajetórias e disciplinas. 1. Ed. – Jundiaí, São Paulo: Paço Editorial, 2020.

DABAT, Christine Rufino. “É a parte que te cabe deste latifúndio”: O acesso a terra dos trabalhadores rurais da zona canavieira de Pernambuco. Tempos Históricos, v. 18, n. 2, p. 191-216, 2014.

DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FERRAROTTI, F. Autonomia do método biográfico. In: Um método autobiográfico e a formação. Org. Antônio Nova. Editora UFRN, 1983.

- FERRAROTTI, Franco. História e histórias de vida: o método biográfico nas Ciências Sociais. Natal, RN: EDUFRN, 2014.
- FERREIRA, Mércia de A. Declaração. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/memoria/mercia/juridica/declaracoes/09_mariaceleste.htm>Ac esso em 09 set 2020.
- FILHO, Luciano Mendes de Faria; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. Rev. Bras. Educ. nº 14. Rio de Janeiro: mai – ago, 2000.
- HOBBSAWM, Eric J. Pessoas Extraordinárias: resistências, rebelião e jazz. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- HOBBSAWM, Eric J. Sobre história. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- HOBBSAWM, Eric J. Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária. Paz e Terra, 2000.
- HONORATO, Tony. A Reforma Sampaio Dória: professores, poder e figurasções. Educação & Realidade, v. 42, n. 4, p. 1279-1302, 2017.
- JINKINGS, Leila; PIRES, Sidinei. Roteiro do Documentário híbrido entre fantasia e realidade. s/d.
- LIRA, Sônia Maria de. A organização territorial das escolas públicas em Caruaru: entre a modernização, o clientelismo e a construção do espaço do cidadão. Dissertação de Mestrado. Recife: 2003.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. História das mulheres no Brasil, v. 2, p. 443-481, 1997.
- MATOS, Galba de A. Comissão de Inquérito Especial. Acervo do DOPS/PE, Recife: APEJE, 1964.
- MEDEIROS, Joaquim B. T. Termo de declarações que presta JOAQUIM BOSCO TENÓRIO MEDEIROS. In: MATOS, Galba de A. Acervo do DOPS/PE, Recife: APEJE, 1964.
- MEIRELLES, Renata. A Anistia Internacional e o Brasil: o princípio da não-violência e a defesa de presos políticos. Revista Tempo e Argumento, v. 6, n. 11, p. 327-354, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 29, n. 02, São Paulo: 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Os sentidos da alfabetização: São Paulo, 1876-1994. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos. Ligas Camponesas: História de uma luta (des) conhecida. Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Vol. II. Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960), p. 243-257, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 – 1964). Tese de Doutorado. São Paulo: 2000.

MULIK, Katia Bruginski. O ensino de língua estrangeira no contexto brasileiro: um passeio pela história. Crátilo: Revista de Estudos Linguísticos e Literários, v. 5, n. 1, p. 14-22, 2012.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Ana Michele de Almeida. O percurso histórico da educação infantil em Caruaru-PE: tramas tecidas, ressignificadas e reconstruídas no período de 1979 a 1996. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

NETO, Faustino Teatino Cavalcante. A mulher docente e a educação feminina: o caso da vila de taperoá-pb nas primeiras décadas do século XX. 2009.

NOSSA, Leonencio. A resistência de uma pequena cidade de Pernambuco. Estadão. São Paulo: 28 mar 2014.

PACHECO, Iara Alves Cordeiro. Trabalhador rural. 1993.

PEIXOTO, Flávia Maria. A Escola Normal Oficial de Pernambuco: a inserção das mulheres. Recife: 2006. (dissertação de mestrado)

PEIXOTO, Targélia de A. Declaração. Acervo do DOPS/PE, Recife: APEJE, 1964.

PEREIRA, Sueli Menezes. As reformas educacionais na década de 1920 no Brasil e as políticas de formação de professores primários. Cadernos de História da Educação, v. 19, n. 1, p. 271-292, 2020.

PERROT, Michelle. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottmann. 7º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

. Minha história das mulheres. Tradução: Ângela M. S. Corrêa, 2º ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

PINHEIRO, Antonio C. F. A era das escolas rurais primárias na Paraíba (1935 a 1960). Pesquisa e historiografia da educação brasileira. Campinas, SP: Autores Associados, p. 133-159, 2006.

PRESTES, Anita Leocadia. Da “Declaração de Março” de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. Crítica Marxista, nº 32, 1ª edição, p.147-174, 2011.

RAMOS, Moacyr Salles; STAMPA, Inez. Resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o Programa Escola sem Partido. Espaço do Currículo, v.9, n. 2, p. 249-270, mai – ago, 2016.

ROSA, Marcelo. As novas faces do sindicalismo rural brasileiro: as reforma ag sindicais na Zona da Mata de Pernambuco. Dados, v. 47, n. 3, p. 473-503, 2004.

RUSSOMANO, Mozart V. Linhas gerais do Estatuto do Trabalhador Rural. Linha do Trabalhador Rural, 1965.

SANTOS, Thayana de O. As mulheres do Raio Leste: as presas políticas da Casa de (1964-1967). 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, Thayana de O. “Há trevas nas celas, há trevas nos campos”: A violência contra as presas políticas em Pernambuco nos primeiros anos da ditadura militar. Revista Convergência Crítica, nº 11, 2017.

SANTOS, Thayana de O. “Já ofereci toda tortura, calúnias, injustiças, abandono, pelo Brasil, pelos brasileiros e sinto-me recompensada”: a prisão e julgamento de Maria Celeste Vidal. Recife: p. 101 – 114, 2016.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SILVA, João F. da. Termo de declarações prestados por João Francisco da Silva. In: FONSÊCA, Waldeci S. Acervo do DOPS/PE, Recife: APEJE, 1964.

SILVA, Marcília Gama da. Informação, repressão e memória: a construção do

- estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE (1964-1985). Recife: Editora da UFPE, 2014.
- SOUZA, Renilfran C. CONCEIÇÃO, Joaquim T. Ofenísia Soares Freire: uma mestra militante (1947-1966) In: CONCEIÇÃO, Joaquim T. SOUZA, Josefa Eliana. FREITAS, Anamaria G. B de. Entre trajetórias e disciplinas. 1. Ed. – Jundiá, São Paulo: Paço Editorial, 2020.
- SOUZA, Rosa Fátima. A formação de professores primários rurais no estado de São Paulo (1930–1971). Revista Linhas, v. 18, n. 37, p. 179-209, 2017.
- THOMPSON, Edward P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, Edward P. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Editorial Grijalbo, 1984.
- VASCONCELOS, Severino H. P. de. Termo de declarações prestados por Severino Henrique Pessoa de Vasconcelos. In: FONSÊCA, Waldeci S. Acervo do DOPS/PE, Recife: APEJE, 1964.
- VERAS, Erotides P. F. Declaração. Acervo do DOPS/PE, Recife: APEJE, 1964.
- VIDAL, Maria C. Água Branca meu amor: poemas. 1984.
- VIDAL, Maria C. Literatura de cordel. Recife: Bagaço, 1994. VIDAL, Maria C. Metade sol metade sombra. Recife: Bagaço, 1994.
- VIDAL, Murilo César. Entrevista concedida a Raquel Barreto Nascimento. 9 jun 2020.
- VIDAL, Paulo M. Filhos do Golpe. In: Diário de Pernambuco. 2014. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=MB80L9BrIhA> > Acesso em 14 fev 2020.
- VIEGA, Juliana G. A. Braga. A influência da implantação do grupo escolar no processo de constituição de representações para as escolas isoladas (Ouro Preto, Minas Gerais, 1900 – 1920). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo: julho - 2011
- VILLELA, Heloísa de O.S. A primeira Escola Normal do Brasil. Uma contribuição à História da Formação de Professores. Niterói: UFF, 1990. (Dissertação de Mestrado).
- WOLFF, Cristina Scheibe. Em armas: Amazonas, soldadas, sertanejas, guer-

rilheiras. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (orgs.) Nova História das Mulheres. São Paulo: Contexto, 2012.

Título Da Escola à Prisão: A Atuação Professoral E Política de Maria Celeste Vidal

Autora Raquel Barreto Nascimento

Capa e Projeto Gráfico Rodrigo Victor

Formato e-book

Tipografia Minion Pro ([miolo](#))

Noto Mono ([títulos](#))

